

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2010/2011



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO REALIZADO DURANTE A FREQUÊNCIA DE CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS.

CONTRIBUTO DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO SUPERIOR MILITAR (ISM) PARA A CONSOLIDAÇÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DE DEFESA DE MOCAMBIOUE (FADM)

OMAR NALÁ SARANGA
TENENTE-CORONEL DE INFANTARIA
MOÇAMBIQUE



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

Contributo da Criação do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)
Para a Consolidação da Profissionalização das Forças Armadas de Defesa
Moçambique
(FADM)

Omar Nalá Saranga
Tenente-Coronel de Infantaria

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2010/2011

Lisboa, 2011



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

Contributo da Criação do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)
Para a Consolidação da Profissionalização das Forças Armadas de Defesa Moçambique
(FADM)

Omar Nalá Saranga
Tenente-Coronel de Infantaria

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2010/2011

Orientador: Major Renato Pinheiro

Lisboa, 2011



Agradecimentos

Em primeiro lugar dirigir sincero agradecimento ao Excelentíssimo Senhor General Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), General do Exército, Paulino Macaringue pela oportunidade que me concedeu de participar neste árduo CEMC.

A seguir manifestar o meu apreço aos oficiais com quem partilhei a frequência do Curso de Estado-Maior Conjunto 2010/2011, pelo contexto de são convívio e elevado espírito de camaradagem com que foi encarado este desafio “conjunto”.

Em seguida, é da mais elementar justiça lançar uma palavra de reconhecimento a todos os que se disponibilizaram para contribuir no sentido da realização do presente Trabalho de Investigação.

Merecem especial referência os Oficiais que de forma altruísta, com prejuízo do seu tempo, prestaram todos os esclarecimentos solicitados no âmbito do tema tratado, permitindo-me indicar, o Brigadeiro Aníbal M. Fernando, Brigadeiro Frazão Chale, o Major da Cavalaria Hélder José Banha Coelho e dr Cátia Quingue.

Ao major Renato Pinheiro, orientador deste trabalho, uma palavra de especial agradecimento pelas revisões, correcções, e vontade permanente em fazer-me fazer melhor.

Não obstante, as limitações subsistentes são inteiramente da minha responsabilidade.

À minha família, a pedra angular da minha acção.



Índice

Agradecimentos	ii
Índice	iii
Índice de Tabelas	v
Resumo	vi
Abstract	vii
Lista de abreviaturas.....	ix
Introdução	1
Justificação e Importância da Investigação	3
Objecto de Estudo e sua Delimitação.....	4
Definição do Objectivo de Investigação.....	4
Metodologia.....	4
1. Criação do ISMI.....	7
a. Enquadramento Histórico: Concepção das FA em Moçambique.....	7
b. Formação e Treino das FAM/FPLM	10
(1) Formação Externa	10
(2) Formação Interna	11
c. Constituição das FADM.....	12
d. A Criação do ISMI	14
e. Síntese Conclusiva	16
2. Formação Militar Profissional	18
a. Enquadramento	18
b. Conceito de Profissionalismo	19
c. Profissão Militar	20



d.	Formação Militar.....	22
e.	Modelos de Formação estrangeiros.....	25
1.	Escola Superior das Forças Armadas - ESFAS (Espanha)	25
2.	Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) – Portugal	28
3.	Academia Militar de Saint-Cyr - França	30
f.	Análise comparativa	31
g.	Síntese Conclusiva	32
3.	Papel do IESM na FMP das FADM como forma de contribuir para a consolidação da sua profissionalização	34
a.	Enquadramento	34
b.	Modelo de Formação e Contributo para a Consolidação da Profissionalização.....	34
c.	Projecto do futuro ISMI	36
(1)	Visão e missão do futuro ISMI	36
(2)	Objectivos	36
(3)	Cursos	37
(4)	Organização	39
	Síntese Conclusiva	40
4.	Conclusões e Propostas	42
a.	Conclusões	42
b.	Propostas	44
	Referências Bibliográficas	46
	APÊNDICE 1 – Diagrama de Indução	51
	Anexo A - Programa-Quadro de CTM com Moçambique (2005-2007)	52
	Anexo B – Militares em Formação no Estrangeiro	53
	Anexo C - Plano de Estudos do Curso de Altos Comandos	54



Anexo D - Plano de Estudos do Curso de Estado Maior Conjunto 55

Anexo E - Plano de Estudos do Curso de Promoção a Oficial Superior 56

Anexo F - Plano de Estudos do Curso de Defesa Nacional 57

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Perfil de formação de Oficial do QP 25

Tabela 2 – Módulo dos blocos na ESFAS 27

Tabela 3 – Distribuição de Módulos dos blocos na ESFAS 28



Resumo

Este trabalho resultou do desafio colocado aos oficiais-alunos do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEM-C) na apresentação de Trabalho de Investigação Individual (TII) que trouxesse mais-valias para o futuro.”. Deste modo, decidimos pelo projecto da criação de um Instituto Superior Militar (ISMI) para Moçambique. Daí a proposta do tema “Contributo da Criação do Instituto de Estudos Superiores Militares para a Consolidação da Profissionalização das Forças Armadas de Defesa Moçambique

O presente TII tem como objectivo mostrar que o IESM pode contribuir para a formação contínua dos oficiais das FADM, consolidando deste modo à sua profissionalização, designadamente através do desenvolvimento de acções de formação nas áreas de Comando, Direcção e Estado-Maior das FA quer em Forças Conjuntas quer Combinadas.

O desenvolvimento de uma melhor Formação Militar Profissional (FMP) é encarado pelas FADM como um dos aspectos importantes do processo da sua modernização. A liderança militar moçambicana tem-se confrontando com a extrema dificuldade inerente à tarefa de formar os seus militares para o Quadro Permanente (QP), que vem passando pelo processo de transformação dos ex-guerrilheiros, numas Forças Armadas (FA) convencionais. Esta dificuldade deve-se essencialmente ao seguinte: (1) a hostilidade movida pelos países vizinhos com destaque para a ex-Rodésia do Sul (Zimbabwe), o regime do apartheid na África do Sul e a guerra civil que durou 16 anos; (2) a actual revolução dos assuntos militares e a evolução da tecnologia militar. Dos primeiros factores sentem-se ainda os efeitos e dos últimos continuam a ser um desafio que atrasa a oportunidade de tornar as FADM numa força de defesa moderna à altura dos desafios da nação moçambicana, passado décadas após a proclamação da independência do país (1975).

Sublinha-se a história das FA de Moçambique no período pós-independência, o percurso seguido para a sua formação até ao processo da criação de instituto superior militar para à consolidação da profissionalização dos oficiais dos QP.

Concluindo aponta-se que o papel do IISMI no modelo de formação adoptado pelas FADM, de forma a contribuir para a consolidação da sua profissionalização será ministrar cursos, promover a investigação, fomentar o intercâmbio institucional, bem como ser interlocutor activo na promoção das discussões de assuntos socioeconómicos, geopolíticos, e geoestratégicos de actualidade.



Abstract

This study is the result of the challenge posed to student's officers of Joint Staff Course in presenting individual research work to bring future added value. Which gives rise to the proposal of the subject "Contributo da Criação do Instituto de Estudos Superiores Militares para a Consolidação da Profissionalização das Forças Armadas de Defesa Moçambique"

This individual research aims to show that the creation of The Joint Staff College (ISMI) can contribute for the training of the FADM officers, hence consolidating in this way their professionalism, through the development of drilling in the areas of Command, staff and Management of Armed Forces in combined or joint forces.

The development of better professional military training is looked upon by the FADM as an important aspect of the process of their modernization. The Mozambican military leadership has been confronted with the extreme difficulty inherent to the task of training their commissioned officers, which are going through the process of transforming the former guerrilla's forces, in one conventional armed force. This difficulty is due mainly to the following (1) the hostility powered by neighboring countries especially from the former Southern Rhodesia (now Zimbabwe), the apartheid regime in South Africa and the by the 16 years civil war emergence; (2) the current revolution in military affairs and the evolution of military technology. The outcomes from the first factors are still felt and from the former they still to be a challenge which delays the opportunity of transforming the FADM in a modern defense force to meet the challenges of the Mozambican nation after decades of the country independence declaration (1975).

It highlights the Mozambique armed forces history after Independence, the instituting route followed up to the process of creating the new Joint Staff College (ISMI) for the strengthening of professionalization of commissioned officers (QP)

In conclusion it hallmarks that the role of the new Joint Staff College in the adopted model of training by the FADM, in order to contribute to the consolidation of their professionalism is to provide training courses, promote research, and stimulate institutional reciprocity, as well as being active partner in promoting current socioeconomic, geopolitical and geostrategic discussions .



Palavras-chave

Formação Militar

Profissionalismo

Formação Militar Profissional

Profissionalização



Lista de abreviaturas

AEA – Área de Ensino de Administração
AEE - Área de Ensino de Estratégia
AEO - Área de Ensino de Operações
AEEM - Área de Ensino Específico da Marinha
AEEE - Área de Ensino Específico do Exército
AEEFA - Área de Ensino Específico da Força Aérea
AGP – Acordo Geral de Paz
AFA – Academia da Força Aérea
AM “MSM” – Academia Militar “Marechal Samora Machel”
AM – Academia Militar
Art. – Artigo
CAC – Curso de Altos Comandos
CDN – Curso de Defesa Nacional
CEM-C – Curso de Estado-Maior Conjunto
CEM – Chefe de Estado-Maior
CEMC – Curso de Estado-Maior Conjunto
CEMFAS – Curso de Estado Maior das Forças Armadas
CD – Curso de Defesa Nacional
CI-IESM – Comissão Instaladora-Instituto dos Estudos Superiores Militares
CILOG – Centro de Instrução Logístico
CISFAS – Curso Superior de Inteligência de las Fuerzas Armadas
CPOS – Curso de Promoção à Oficial Superior
CPOG – Curso de Promoção à Oficial General
CTM – Cooperação Técnica Militar
DN – Defesa Nacional
EM “MSM” – Escola Militar “Marechal Samora Machel”
EMG – Estado-Maior General
EMCTA – L’École Militaire du Corps Technique e Administratif
EMIA – L’École Militaire Interarmes
EMFAR – Estatuto Militar das FA
EN – Escola Naval
ESFAS – Escuela Superior de Las Fuerzas Armadas



ESM – L'École Spéciale Militaire
ESMU – Ensino Superior Militar
ESPE – Escola Superior Politécnica do Exército
FA – Forças Armadas
FPLM – Forças Populares de Libertação de Moçambique
FADM – Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FMP – Formação Militar Profissional
GPP – Gabinete de planeamento e Programação
H - Hipótese
IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares
IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares
ISMI – Instituto Superior Militar
ISNG – Instituto Superior Naval de Guerra
LDNFA – Lei da Defesa Nacional das FA
MDN – Ministério da Defesa Nacional
NU – Nações Unidas
ONU – Organização das Nações Unidas
PC-ISMI – Processo de Criação do Instituto Superior Militar
PND – Política Nacional de Defesa
QP – Quadro Permanente
QC – Questão Central
QD – Questão Derivada
RI – Relações Internacionais
TII – Trabalho de Investigação Individual
TI – Tecnologias de Informação



Introdução

O tema do presente trabalho é o “Contributo da Criação do Instituto Superior Militar (ISMI) para à Consolidação da Profissionalização das Forças Armadas de Defesa Moçambique”.

Moçambique pós independência¹ passou por um período conturbado, caracterizado sobretudo por uma guerra civil, que devastou o país durante 16 anos. Actualmente, com uma paz² consolidada está empenhado em actividades conducentes ao seu desenvolvimento, estabelecimento e manutenção de Relações Internacionais (RI) regidas por princípios constitucionais da não-intervenção, da defesa da paz e da solução pacífica de conflitos.

A educação de uma forma geral, desorganizada durante o conflito, é uma das actividades da primeira linha visando contribuir para a redução da pobreza. As FADM, parte integrante da sociedade moçambicana, garante da Soberania Nacional e da integridade territorial têm, também, envidado esforços participando na consecução deste desiderato abrindo instituições de ensino viradas para a formação dos seus membros, nomeadamente, oficiais e sargentos dos quais se destaca, actualmente, a criação do ISMI com o apoio da Cooperação Técnico-Militar (CTM) portuguesa.

O desenvolvimento de uma melhor Formação Militar Profissional (FMP) é encarado pelas FADM como um dos aspectos importantes do processo da sua modernização. A liderança militar moçambicana tem-se confrontando com a extrema dificuldade inerente à tarefa de formar os seus militares para o Quadro Permanente (QP), que vem passando pelo processo de transformação dos ex-guerrilheiros, numas Forças Armadas (FA) convencionais. Esta dificuldade deve-se essencialmente ao seguinte: (1) a hostilidade movida pelos países vizinhos com destaque para a ex-Rodésia do Sul (Zimbabwe), o regime do apartheid na África do Sul e a guerra civil que durou 16 anos; (2) a actual revolução dos assuntos militares e a evolução da tecnologia militar. Dos primeiros factores sentem-se ainda os efeitos e dos últimos continuam a ser um desafio que atrasa a oportunidade de tornar as FADM numa força de defesa moderna à altura dos desafios da nação moçambicana, passado décadas após a proclamação da independência do país (1975).

¹ O país tornou-se independente de Portugal, potência colonizadora, no dia 25 de Junho de 1975.

² O Acordo Geral de Paz foi assinado, no dia 4 de Outubro de 1992, entre o Governo da República de Moçambique e a RENAMO.



As FADM podem proceder a todo o tipo de reformas organizacionais, incluindo a aquisição de novo e sofisticado equipamento, implementação de novos regulamentos e ajustamento da sua política de defesa, incluindo a componente doutrinária. Mas tudo isto não será sustentável sem um desenvolvimento adequado da sua Formação Militar Profissional (FMP).

A FMP através do ISMI e de outras instituições vocacionadas vai no mínimo assegurar o conhecimento necessário à condução das operações de combate e ao emprego eficaz da tecnologia existente nas FADM. Considerando que o desenvolvimento tecnológico é acompanhado pela sofisticação dos vectores marítimo, aéreo, terrestre, sem esquecer o domínio virtual, e pela utilização transversal de Tecnologias de Informação (TI) na condução da guerra, a qualidade da FMP assume uma importância acrescida.

A actual conjuntura internacional tem provocado reformas profundas nas FA em muitas partes do globo, conduzindo ao seu redimensionamento e à sua reorganização, de tal forma que sejam capazes de ir ao encontro dos desafios já elencados, na esfera militar, para o presente século, onde o saber militar deverá ser mais especializado.

Segundo Edmunds, (2006), *“As FA Europeias estão passando por uma série de mudanças em relação ao seu principal papel. Estas mudanças apresentam desafios cada vez mais crescentes aos pressupostos assumidos já há muito tempo sobre o que são as FA e como elas devem estar estruturadas e organizadas. Quatro tendências são de crucial importância: a primeira é de declínio do significado da defesa do território nacional como princípio fundamental da organização central das FA. A segunda tem a ver com o domínio crescente de um modelo de profissionalização militar que equipara FA “modernas” com FA pequenas, altamente especializadas, com estruturas de forças flexíveis capazes de projectarem poder além-fronteiras, bem como fazer guerra ou operações de manutenção de paz. A terceira tendência é o surgimento de “novos” desafios à segurança, tais como o terrorismo, o tráfico de drogas e imigração ilegal que reorientam as tarefas militares para assuntos internos de segurança. A quarta refere-se à proeminência contínua de um papel social e político nacional das FA. (...) Novas funções militares estão surgindo como uma consequência das influências doméstica e internacional que moldam a percepção dos Estados acerca do papel que gostariam que as suas FA servissem”*(Edmunds, 2006: 1059)

As FADM para responderem às demandas da Defesa Nacional (DN), necessitam de acompanharem esta realidade adequando os pressupostos para a sua modernização, apostando na adequação da formação militar dos seus oficiais. Neste contexto, o estabelecimento do ISMI assegurará aos actuais e aos futuros oficiais as ferramentas



intelectuais, a estrutura e os fundamentos necessários à actualização constante dos seus conhecimentos ao longo da sua carreira.

À medida que os oficiais ascendem na carreira torna-se imprescindível que estes aprendam, não apenas a comandar e a controlar Unidades de escalão cada vez maior, como também que compreendam as constantes mudanças tecnológicas e sociais.

Deste modo, o contributo do ISMI vai residir na FMP, funcionando como uma espécie de laboratório de investigação e desenvolvimento de ideias sobre a natureza da guerra, da condução de operações militares e do local de tirocínio das funções de Comando, Direcção e Estado-Maior das FADM, quer em ambiente conjunto quer combinado, sem excluir a componente ética associada aos valores da honra, do espírito de corpo, da disciplina e da lealdade.

Justificação e Importância da Investigação

Este trabalho resultou do desafio colocado aos oficiais-alunos do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEM-C) na apresentação de Trabalho de Investigação Individual (TII) que trouxesse mais-valias para o futuro. Deste modo, decidimos pelo projecto da criação de um ISMI para Moçambique com o apoio da CTM. Daí a proposta do tema “Contributo da Criação do Instituto de Estudos Superiores Militares para a Consolidação da Profissionalização das Forças Armadas de Defesa Moçambique”.

A Criação de um Instituto de Estudos Superiores Militares (ISMI) é na actualidade das FA de Moçambique, um tema de capital importância para a sua modernização. Busca a sua pertinência no facto de a nível do Ministério da DN se estar a discutir a sua edificação.

A importância da sua criação deve ser considerada, especialmente, ao nível da modernização³ para a consolidação da profissionalização das FADM, o que obriga à preparação de quadros altamente qualificados, à criação de capacidades superiores de análise, de raciocínio analítico e destreza intelectual, e ao fortalecimento da iniciativa por todos os profissionais militares, para que possamos ter não só Comandantes, mas também líderes, a escalões e ou níveis superiores.

Sublinha-se assim a importância do Contributo da Criação do ISMI para a profissionalização das FADM.

³ Modernização entendida como “optimização das capacidades para cumprir à missão da melhor forma” uma vez que ela “incide sobre as estruturas físicas da Força, trazendo-a do passado para o presente” ou melhor como “processo de aprimoramento de estruturas organizacionais para que incorporem capacidades, técnicas e equipamentos, afim de melhorarem seu desempenho dentro de conceitos já estabelecidos”. Veja Galvão, Fernando Sérgio (2010) O processo de transformação do Exército.



Objecto de Estudo e sua Delimitação

Com este TII pretendemos abordar a criação de um modelo de ISMI em Moçambique que contribua para a consolidação da profissionalização das FADM. O desenvolvimento é limitado à formação profissional militar, entendida no sentido mais lato da expressão, dos oficiais das FADM, cujo contributo por parte do ISMI, quando edificado, se configura como de primordial significado, onde se integra a ideia de uma actualização dos conhecimentos dos oficiais, num período já consolidado de carreira.

Definição do Objectivo de Investigação

A investigação tem como objectivo geral mostrar que o ISMI pode contribuir para a formação contínua dos oficiais das FADM, consolidando deste modo à sua profissionalização, designadamente através do desenvolvimento de acções de formação nas áreas de Comando, Direcção e Estado-Maior das FA quer em Forças Conjuntas quer Combinadas e na actualização em diversas disciplinas científicas, como do Direito Internacional, Geopolítica, Gestão, Administração, Ética, e outras, alargando horizontes e potenciando análises reflexivas e pensamento criativo.

Para atingir este objectivo foram inscritos os seguintes objectivos específicos:

- Verificar qual é o estado actual de formação dos oficiais, das FADM;
- Identificar o modelo de formação em vigor nas FADM;
- Elencar o estado futuro pretendido para o quadro profissional das FADM;
- Efectuar uma síntese sobre o que se encontra previsto no âmbito do projecto de CTM relativo à criação de um ISMI em Moçambique;
- Integrar os resultados obtidos e estabelecer as propostas conducentes aos contributos que o ISMI pode dar a consolidação da profissionalização das FADM.

Metodologia

O percurso metodológico obedeceu ao método científico preconizado por *Raymond Quivy* e *Luc Van Compenhoudt*, na obra “Manual de Investigação em Ciências Sociais”, seguindo, em particular, o método hipotético-dedutivo, apoiado em pesquisa documental e entrevistas a entidades que pela sua experiência relacionada com a presente matéria, ou função que desempenham, contribuíram para o esclarecimento da problemática. Foi seguido também o método prospectivo, na dinâmica passado-presente-futuro, abordando os



ensinamentos do passado para compreender o presente e, face ao quadro legislativo e seus desenvolvimentos, identificar os desafios e as tendências para o futuro.

Na 1ª etapa estabelecemos uma Questão Central (QC) como fio condutor da pesquisa. Assim com vista a atingir os objectivos do trabalho, a QC que propomos é a seguinte: *Qual será o papel do ISMI no modelo de formação adoptado pelas FADM, de forma a contribuir para a consolidação da sua profissionalização?*

Decorrente da Pergunta de Partida, estabelecemos as seguintes Questões Derivadas (QD):

- QD1: Em que medida é pertinente a criação de um ISMI na realidade actual das FADM?
- QD2: É que medida a FMP, para os oficiais das FADM, contribuirá para melhorar a sua carreira profissional?
- QD3: O que se encontra preconizado formalmente, para o futuro ISMI?

Face às QD, foram estabelecidas as seguintes hipóteses (H), entendidas como proposições de resposta à QC, como refere *Quivy*.

- H1: A formação ministrada no ISMI tornará os oficiais que o frequentarão qualitativamente superiores aos actuais nos postos correspondentes, devido à natureza curricular que a sustenta.
- H2: A formação propiciada pelo ISMI desenvolverá as competências necessárias à maior e melhor participação de quadros superiores em ambientes conjuntos e combinados, devido à exigência curricular e prática inerente àquela tipologia de ambientes.
- H3: O ISMI potenciará a possibilidade de desempenho de funções de nível político e ou estratégico por parte dos militares das FADM, devido ao reconhecimento da sua formação pela sociedade em geral.

2ª Etapa – A Exploração

Esta etapa foi concretizada através da pesquisa bibliográfica e leituras iniciais, bem como da realização de entrevistas exploratórias às entidades cujo contributo poderia constituir uma referência em relação ao tema.

3ª Etapa -. A problemática.

Encontra-se sintetizada na QC. Ela deriva do refinamento da Pergunta de partida, ajustada após a concretização da 2ª Etapa.



4ª Etapa – A Observação

Esta etapa será concretizada com recurso às leituras da bibliografia entretanto reunida, à realização de entrevistas e à análise de documentação oficial e ou formal.

5ª Etapa – A análise das informações

Após reunir todas as informações decorrentes da aplicação dos instrumentos previstos na observação, o seu teor irá ser alvo da nossa análise com vista a confrontar as hipóteses inicialmente formadas e a aferir da sua validade.

6ª Etapa – As conclusões

A sua formulação estará na directa dependência da análise das informações que permitiram evoluir para uma proposta de acordo com o tema em estudo e sua delimitação.

Organização e Conteúdo da Investigação

O TII está organizado de seguinte modo:

Introdução. Apresentamos as características essenciais do trabalho, destacando o tema e revelando a forma como se encontra tratado, essencialmente, definindo o objecto de estudo, delimitação e metodologia.

O primeiro capítulo (Criação do ISMI), tendo em conta o enunciado do tema e a delimitação por nós adoptada, apresentamos o enquadramento histórico sublinhando a concepção das FAM/FPLM, formação externa e interna dos oficiais depois da independência até sua extinção à força do Acordo Geral de Paz (AGP). A Constituição das novas FA e o percurso seguido para formar novos quadros e a razão do surgimento de IESM que contribua para consolidar a carreira do oficial que ingressa no quadro permanente.

O segundo capítulo (Formação Militar Profissional) é consagrado à análise de formação dos oficiais das FAA, onde analisaremos os conceitos de FMP, profissionalismo, e profissão militar, os modelos de formação em alguns países europeus, por forma a ter uma base de reflexão para o caso do ISMI moçambicano.

O terceiro capítulo (Contributo do ISMI para a consolidação da profissionalização das FADM) pretende dar corpo ao objecto de análise determinando como a FMP pode ser um contributo para a estabilização da profissionalização e modernização das FADM, respondendo deste modo a problemática da QC.

O quarto capítulo (Conclusões e Propostas) encerra o processo do TII apresentando as conclusões sobre o tema discutido e, proposta sobre o Tipo de FMP, que em nosso entendimento deve ser adoptada, para a realidade das FADM, no futuro ISMI.



1. Criação do ISMI

a. Enquadramento Histórico: Concepção das FA em Moçambique

O Estado Moçambicano nasceu como resultado do protesto do Direito de “Autodeterminação dos povos” consagrado na carta da ONU⁴ (Carta das NU, 2001: 5). A guerra de libertação⁵ foi o instrumento utilizado por nacionalistas moçambicanos para fazer valer a sua reivindicação face à dominação portuguesa. Moçambique ganhou a sua independência a 25 de Junho de 1975.

Dois meses depois da declaração da independência, o novo Estado sofreu a primeira incursão armada da sua história⁶. O ataque foi perpetrado pelo regime rodesiano dentro do direito de perseguição ao que chamava de “terroristas” em referência aos combatentes da luta de libertação do Zimbabwe, na altura, apoiados pela FRELIMO desde os tempos da luta armada contra a ocupação portuguesa (Saranga, 2005: 03).

A ameaça externa à soberania e integridade territorial de Moçambique procedia, deste modo, do regime ilegal da Rodésia e da África do Sul, ambos empenhados no impedimento de “governos de administração negra” e da propagação do comunismo na região da África Austral (Coelho et al., 2005: 160).

O Estado de Moçambique, até esta data, não tinha ainda formado as suas FA. A defesa militar contra qualquer agressão ou ameaça externa do país estava sob a responsabilidade das forças guerrilheiras libertadoras do país, as Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), ou seja, “*guerrilheiros sem treinamento militar formal, sem um corpo de oficiais e ethos militar*” de cariz convencional (Viegas, 2003: 60).

A necessidade de possuir FA era uma questão do Estado. Abreu resume-a nestes termos: “*A existência de exércitos nacionais com o intuito de proteger os interesses legítimos de um país é um direito e um dever do Estado. De fato, é a última garantia que ele possui para atender e defender os seus objectivos nacionais. Abrir mão dessa prerrogativa, além de ser imoral, é a quebra frontal do equilíbrio de poder que permite, em muitos casos, a coexistência pacífica entre países com visões diferentes, sejam elas de carácter político, religioso ou económico. Possuir forças armadas aptas é a garantia mínima de segurança e de bem-estar psicológico que um povo necessita. Não é um luxo ou acessório; é um imperativo governamental*” (2005: 3-9).

⁴ Conforme referido no nº 2 do art. 1º da Carta da ONU.

⁵ Foi desencadeada e dirigida pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) a partir de 25 de Setembro de 1964.

⁶ Em que o ataque a Mavué na Província de Manica, em Agosto de 1975, marcava o início da escalada de agressões contra Moçambique.



O Governo moçambicano, cercado por países hostis à sua autonomia política, necessitou urgentemente de formar FA fortes, capazes de defender o país contra a ameaça da intervenção estrangeira. Concebeu um Exército, que devia ser profissional, mas o período de paz foi demasiado curto para permitir o seu desenvolvimento (Leão, S.d.: 33).

O estabelecimento do Ministério da Defesa Nacional (MDN), em 1975, através do Decreto presidencial (1/75), datado de 27 de Julho, representou um passo para a institucionalização do controlo estatal das FA. Porém, a sua fiscalização estava dependente da estrutura partidária. As questões relevantes da área da política de defesa eram decididas ao nível mais alto da liderança partidária (Macaringue, s.d: 148).

A primeira Constituição da República Popular de Moçambique definia que as FA eram um braço do Partido FRELIMO cuja missão primária era a defesa da revolução moçambicana (Honwana, 1999: 162). O sistema político uni-partidário direccionava o Ministro da DN e o Chefe do Estado-Maior General para a dependência hierárquica do controlo directo do partido onde detinham altas posições (Macaringue, s.d.: 148).

Nesse Decreto foram plasmadas as funções do MDN e enfatizada a componente militar da Política de DN. O Decreto evidenciou, também, a responsabilidade fundamental de consolidar a independência e a unidade nacional (Coelho et al., 2005: 162).

Entre outras, o MDN foi outorgado a competência para desenvolver, estruturar e organizar as FPLM, numa força convencional, permanentemente, apta a garantir a defesa da Independência Nacional e a integridade territorial do país. A estrutura instituída para o novo MDN para além do próprio ministro, e do Chefe do Estado Maior-General, ao mesmo tempo vice-ministro, foi estabelecida a figura do Comissário Político Nacional com a missão de garantir o controlo político e a doutrinação das FA (Coelho et al., 2005: 162).

Embora o MDN estivesse já instituído, coube à Conferência do Departamento de Defesa da FRELIMO, realizada entre Julho e Agosto de 1975, a tomada de decisão sobre a composição do novo exército. Previu cerca de 10.000 homens todos provenientes dos combatentes que participaram na luta de libertação Nacional. A resolução foi limitada pelo fraco “background educacional” com base no grupo dos combatentes da liberdade existentes (Coelho et al., 2005: 162).

Às agressões armadas do ex-regime rodesiano intensificaram-se até atingirem uma fase de agressão aberta, na mesma altura que recrutava e treinava grupos armados com a responsabilidade de tornar o país ingovernável, ou seja, desestabilizá-lo política e economicamente. A expressão visível destes grupos corporizou-se através do Movimento conhecido por “Resistência Nacional de Moçambique”.



Neste contexto o Governo moçambicano viu-se forçado a aplicar à colónia britânica da Rodésia do Sul todas as sanções definidas pelas Nações Unidas, desde 1966, fechando todas as fronteiras com aquele país, a 3 Março de 1976 (Saranga, 2005: 37). Para além do referido, reflectiu sobre as fontes não só de equipamento como também de formação para os quadros militares a fim de edificar uma defesa credível capaz de enfrentar os seus poderosos inimigos.

A confrontação com a Rodésia e a instabilidade protagonizada pela RENAMO conduziu o Estado Moçambicano a um nível excessivo de necessidades militares fora da capacidade que os países amigos estavam preparados para fornecer (Coelho et al., 2005: 163).

A tarefa de transformar as forças de guerrilha em FA, de acordo com Coelho, Macaringue e Malache, com capacidade de serem projectadas com rapidez e eficiência mostrou-se difícil por duas razões: *“First, the force was overwhelmed by heavy regional pressure from an aggressive South Africa and due to direct military incursions by Rhodesia. Second, the new regime had ‘misread’ a number of situations, in particular the hostile attitude of thousands of Mozambicans who had served in the colonial forces”* (Coelho, et al., 2005:163).

Para além destas razões, houve um excesso de confiança acerca do apoio dos países socialistas para as forças de libertação da Região. A vontade e a capacidade dos países do Leste para apoiar os países da África Austral, provavelmente não era tão forte, por causa de outros compromissos mais importantes noutras partes do mundo como Cuba, Vietname e Afeganistão (Coelho, et al., 2005: 163).

A marginalização de cerca de 30.0000 moçambicanos que serviram no Exército Colonial, na opinião destes autores, deixou o país privado de nacionais habilitados que poderiam ter desempenhado um papel importante na criação de novas FA.

Entretanto a defesa da independência recém-conquistada e da integridade territorial foi premente e o Estado Moçambicano, nessa fase de hostilidades, *“teve de instituir o serviço militar obrigatório através da lei nº 4/78, de 12 de Março, visando organizar a participação activa dos cidadãos na defesa do país e da Revolução”* (Ngwenha, 2009: 08).

Esta Lei visava o recrutamento obrigatório de todos os cidadãos, homens e mulheres na idade compreendida entre 18 e 35 anos, substituindo deste modo, o antigo modo revolucionário de mobilização de lutar pela liberdade como obrigação de defender a nação, conforme lembram Coelho, Macaringue e Malache, *“Consequently, by 1980 the former 10,000-strong guerrilla force was not only transformed but had increased in size to*



some 70.000” (Coelho, et al., 2005: 165), na mesma altura em que foi criado o sistema de patentes militares nas FA de Moçambique, FAM/FPLM (Lei nº 5/80).

A Lei justificava a introdução do sistema “*porque se tratava de um aspecto da maior importância na organização das Forças Armadas de Moçambique e dos combatentes*” e era necessário levar, por Lei, os princípios e normas fundamentais reguladores da aplicação do sistema de patentes (Lei nº 5/80).

b. Formação e Treino das FAM/FPLM

(1) Formação Externa

Num contexto de desafios diferentes aos que Moçambique enfrentou nos primeiros anos da independência, a criação das novas FA com um corpo de oficiais e ética militar de cariz convencional, teria passado por um processo de formação formal e permanente.

Formação entendida como processo de organização das situações de aprendizagem cuja finalidade seria conferir perícias, capacidades/conhecimentos/ e ou inculcar atitudes apropriadas, para o desempenho de uma função específica. Nesta óptica compreenderia a instrução militar, a formação contínua e a formação profissional. E o treino pensado como um processo de organização de situações de aprendizagem que consiste na aplicação prática e sistemática dos conhecimentos adquiridos e cuja finalidade seria a manutenção e aperfeiçoamento das capacidades obtidas e compreenderia, o treino na função, o treino orientado e o treino operacional (RGIE, 2000).

Ao invés, a instrução militar, e o treino orientado⁷ é o que foi adoptado para atender às exigências geoestratégicas do momento, conforme refere Milhazes (2007), “*reorganização imediata do exército guerrilheiro da Frelimo – Forças Populares de Libertação de Moçambique – em forças regulares*”, com a ajuda soviética; também, para responder as sérias ameaças à segurança nacional, à integridade territorial e à estabilidade política de Moçambique⁸.

Neste âmbito, a ex-União Soviética foi solicitada à prestar apoio ao Governo moçambicano, em 1976, na criação do Estado-Maior das FA, no auxílio à formação de oficiais nas escolas superiores na ex-União Soviética e no país com vista a liderarem e comandarem as tropas terrestres, a força aérea e a defesa antiaérea, forças navais e de

⁷ “Conjunto de actividades de treino que visam a manutenção e o aperfeiçoamento das capacidades fornecidas aos militares através da formação e do treino da função, vocacionado para uma situação específica” (RGIE, 2000).

⁸ Ameaças que se materializaram em escaladas de agressões militares perpetradas pelos exércitos dos ex-regimes da Rodésia do Sul e do Apartheid na África do Sul, bem como a guerra civil dos 16 anos (1976 a 1992).



guarda-fronteiras (Milhazes 2007). Outros moçambicanos foram enviados, entre 1977 e 1980, para a Bulgária, Cuba, Hungria, e ex-República Democrática Alemã a fim de receberem formação militar compatível (Coelho, et al., 2005: 183).

Um acordo sobre a cooperação militar Moçambique-União Soviética permitiu o equipamento de cinco Brigadas equipadas com carros de combate e artilharia pesada (Coelho, et al., 2005: 165), a formação de pilotos de caças, de tripulações de aviões de transportes e helicópteros Mi-8, e de pessoal técnico (Milhazes, 2007).

Durante o período que antecedeu o AGP, a formação externa foi dominada pela influência soviética, por terem sido eles a preparar os oficiais das FA. Mesmo a Escola Militar em Nampula, incluía docentes russos.

É de reconhecer que a formação de oficiais para as FAM/FPLM nos países amigos como foi caso da ex-União soviética, Cuba, China etc, teve uma contribuição valiosa para a modernização das FAM/FPLM.

Mas também é verdade que esta formação teria tido resultados qualitativos se tivesse adoptado um sistema de avaliação da aprendizagem mais séria, em vez de uma política de poucas ou quase nenhuma reprovações.

(2) Formação Interna

A nível interno foram também criadas condições para a formação de oficiais e especialistas técnicos num curto espaço de tempo das quais se realçam, a abertura da Escola Militar de Nampula, o Centro de Treino de Nacala, o Centro de Instrução de Tropas de Guarda-Fronteiras na Beira e a Escola de Condução de Maputo. Os primeiros cadetes da Escola Militar de Nampula receberam a sua graduação no início de 1982 (Milhazes, 2007).

Os pilotos moçambicanos que receberam instrução na Ex-União Soviética aperfeiçoaram a perícia militar sob a direcção de instrutores soviéticos experientes na base aérea de Nacala, tendo em 1985 formado uma esquadrilha de Mig-21 e um Batalhão de desembarque aérea, sob orientação de oficiais pára-quedistas soviéticos. Na fase difícil da independência de Moçambique, os soviéticos, ajudaram a criar uma base de ensino e material. Para além de terem ministrado aulas e assistência técnica, conduziram exercícios de desembarque aéreo e tiro (Milhazes 2007).

A Educação embora tenha sido declarada primeira prioridade para o desenvolvimento do país, cedeu lugar ao apelo à defesa da “mãe pátria”. Cerca de seis centenas estudantes do ensino superior, em 1977, tiveram os seus cursos interrompidos para atenderem formação militar especial, tanto fora como dentro do país. Em 1978 os



estudantes formados no estrangeiro juntaram-se aos formados internamente. Em 1980 as autoridades consideraram as FAM/FPLM constituídas e aptas a desenvolverem a sua missão de defesa da Nação moçambicana.

c. Constituição das FADM

A FRELIMO ao estabelecer um sistema de partido único a forma de conduzir os destinos políticos do país, na altura da independência em 1975, mostrou intolerância a qualquer alternativa ao seu programa político, e impediu a criação de um espaço institucional para uma oposição legal. Como Resultado, todas as forças e indivíduos que se opuseram ao colonialismo de diversas formas não se mostraram dispostas a operar sob a égide de um partido que excluía os outros do processo político, o que levanta o argumento de que este facto, contribuiu para a violência,⁹ que devastou o país durante 16 anos como forma de alcançar mudança política significativa (Honwana, 1996: 15).

A deterioração da situação política, económica e social em Moçambique, devido a guerra a civil, conduziu a FRELIMO e a RENAMO a um processo negocial que envolveu os esforços da comunidade internacional. A pressão exercida por estes actores internacionais levou os beligerantes a aceitarem um acordo de paz, (Honwana, 1996: 19-20), depois de um total de doze rondas negociais. O Acordo Geral de Paz (AGP) foi assinado a dia 4 de Outubro de 1992 pelo Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano e, pelo Presidente da RENAMO, Afonso Dlakhamu (Rugumamu e Gbala, 2003: 27).

O AGP determinou o desmantelamento das FAM/FPLM e dos guerrilheiros da RENAMO, a constituição das FADM para todo o território nacional integradas por 50% de efectivos vindos de cada lado com a seguinte missão: *“Salvaguarda da soberania, da independência e da integridade territorial do País. (...) a intervenção e assistência em situações de crise ou emergência no País resultante de calamidades naturais, bem como o apoio aos empreendimentos da reconstrução e do desenvolvimento”*. Na sua actuação seriam *“apartidárias, de carreira, profissionalmente idóneas, competentes, exclusivamente formados por cidadãos moçambicanos voluntários, provenientes das forças de ambas as partes, servindo com profissionalismo o País, respeitando a ordem democrática e o estado de direito, devendo a sua composição garantir a inexistência de qualquer forma de discriminação racial, étnica, de língua ou confissão religiosa”* (Lei nº 13/92 de 14 de Outubro). De acordo com as estas directrizes as FADM teriam um efectivo de 30.000

⁹ Conduzida pela RENAMO



homens, divididos por 3 ramos: o Exército (24.000), a Força aérea (4.000) e a Marinha (2000).

A qualidade das FADM foi afectada, desde início da sua constituição, pelo facto de não se ter prestado muita atenção à questão de formação dada aos oficiais seniores e generais, sujeitos à integração. Os critérios tais como qualificação académica, técnica militar ou de anos de experiencia foram simplesmente negligenciados com o receio de reacender o conflito (Honwana, 1999: 161).

Os instrutores portugueses solicitados para providenciarem formação, aceitaram todos os candidatos sem questionaram esta postura. Os cursos de liderança duraram entre 6 a 8 semanas, e mesmo assim não foram suficientes para superarem as deficiências da maioria dos candidatos. Para tornar a questão mais grave ainda, todos os candidatos foram qualificados sem nenhuma avaliação e promovidos à posições de oficiais seniores e de generais (Honwana, 1999: 162).

Mesmo sem ter acatado os requisitos acima referidos, contou o resultado de elas terem sido constituídas e lideradas por um corpo de oficiais que conhece a sua missão, claramente definida na Constituição.

A instituição das FADM, dentro da nova ordem democrática, acarreta desafios para a edificação da sua coesão e identidades nacionais. Neste âmbito tem sido levado a cabo, por meio de ensino e formação militar que se pretende qualitativa, cursos de formação de oficiais das FADM na Escola Militar “Marechal Samora Machel” (EM “MSM”) em Nampula, desde 1995, visando capacita-los em diversas áreas de actuação militar, principalmente, de liderança até ao nível de pelotão.

A EM “MSM” foi fundada em Outubro de 1978, como produto das exigências da conjuntura daquele período com a finalidade de formar quadros para as FAM, que nas palavras do Presidente Samora Machel deviam “dominar a ciência e a técnica militar modernas”(Machel, 1978:1).

Pelo “*diploma ministerial n° 106/90*” (Chale, 2010: 13;) passou a ser um “*estabelecimento de ensino médio técnico-profissional ministrando cursos teóricos-práticos de formação e aperfeiçoamento nas especialidades dos três ramos das FA Muiambo*, 2007: 4) sendo a porta de acesso para o ingresso ao oficialato do (QP), até à altura em que “*é criada Academia Militar, (como) estabelecimento militar de ensino superior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, abreviadamente designada por AM, que desenvolve actividades de ensino, investigação e de apoio à comunidade*” e por conseguinte herdando “*as tradições da Escola Militar Marechal Samora Machel e adopta*



o nome do seu Patrono “Marechal Samora Machel” (AM “MSM”), conforme disposto no Artigo (Art.) 1º e 3º do Decreto nº 62/2003, de 24 de Dezembro.

A missão da EM “MSM” passou a ser exercida pela AM “MSM” formar essencialmente oficiais para os quadros permanentes das FA com o objectivo de proporcionar preparação de nível superior semelhante aos das universidades e outras instituições de ensino superior. Para além de garantir aquisições de conhecimento científico tem a finalidade de *“prover uma formação comportamental assente na educação militar, moral e cívica, orientada para o cultivo de valores de carácter, honra e lealdade, alto sentido de dever patriótico e de disciplina”* bem como *“assegurar o desempenho nas funções de comando, direcção e chefia como educadores e instrutores no processo de desenvolvimento da componente militar da defesa nacional”* (Art. 5º do Decreto nº 62/2003, de 24 de Dezembro).

A instituição da AM “MSM” conforme declarado na sua missão, vai disciplinar a formação interna sendo somente o caminho para o ingresso nos Quadros Permanentes, nos diferentes quadros especiais, a oficiais que frequentem com aproveitamento, os ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciatura

A formação externa dos oficiais das FADM desde 1995 a até ao presente momento depende de ajuda oferecida no âmbito da cooperação militar por diversos países. Por ordem de importância percentual de oficiais em formação no exterior indica-se: Portugal 41%, Rússia 22%, China 15%, Grécia 10% (Fernando, 2009:12). Vide anexo B

O percurso feito desde à instituição das FADM até à criação da AM mostra que há todo o interesse em melhorar a qualidade da formação dos oficiais cujo efeito será a sua eficiência, operacionalidade, capacidade de participação em operações multilaterais de manutenção da paz, oportunidade de assumir uma maior responsabilidade nos esforços internos e regionais de manutenção da paz e de segurança, desiderato que justifica a pertinência da fundação de um ISMI nesta fase actual do crescimento das FADM com vista a consolidar a sua base profissional.

d. A Criação do ISMI

A ideia de criação de um Instituto de Estudos Superiores Militares começou pelo Despacho n.º 418/MDN/2008, de Agosto. Os objectivos desta ideia visam materializar o que está previsto na Lei da Defesa Nacional das FA (LDNFA) e no Estatuto Militar das FA (EMFAR).



A LDNFA preconiza que *“os militares têm o direito e o dever de receber treino e formação geral, cívica, científica, técnica e profissional, inicial e permanente, adequados ao pleno exercício das funções e missões que são atribuídas” bem como “receber formação de actualização, com vista à sua valorização humana e profissional e à sua progressão na carreira”* (art. 47 Lei nº 18/97, de 1 de Outubro).

O EMFAR define que a formação militar deve abranger a preparação militar e técnico-profissional do mesmo, essencialmente, através da frequência de cursos, instrução, estágios e treino operacional e técnico, consoante a classe, categoria, posto e especialidade a que o militar se destina. Para isso prevê entre outros *“cursos de formação, que se destinam à assegurar a preparação militar e os conhecimentos técnicos profissionais para o ingresso nos quadros das FA (...) de promoção que se destina a habilitar o militar para o desempenho de funções de nível de responsabilidade mais elevado (...) de qualificação ou especialização, que se destinam a obter ou a melhorar os conhecimentos técnicos profissionais ..., por forma a habilitá-lo para o exercício de funções sectoriais, para os quais sejam requeridos conhecimentos específicos”* (art. 71 do Decreto nº 46/2006, de 30 de Novembro).

O desiderato tem a pretensão de garantir formação contínua ao longo da vida de nível superior universitário, desenvolver cursos que correspondam às exigências que se colocam actualmente às FADM, maximizar a formação conjunta, combinada e obter eficácia no emprego conjunto das FADM.

Por força do Despacho que aludimos foi criada uma Comissão Instaladora do ISMI com a finalidade de levar a cabo os actos preparatórios para a criação do referido órgão de ensino superior militar. Em meados de Setembro 2008, com o apoio da assessoria portuguesa no âmbito da Cooperação Técnica Militar (CTM)¹⁰ foram esboçados os projectos de estatutos, regulamentos, quadro de pessoal militar e civil, incluindo o plano do Processo de Criação do Instituto Superior Militar (ISMI) esperando-se até ao presente momento aprovação política ao nível mais alto do governo. Espera-se que este futuro Instituto seja um estabelecimento de elevado nível de formação superior das FADM.

Enquanto se aguarda pela legislação devida que regule o seu funcionamento, foi iniciado um conjunto de cursos que foram designados de “Cursos de Adequação” objectivados a uniformizar os procedimentos e doutrinas nas FADM e simultaneamente,

¹⁰ Vide anexo 2



seleccionar uma bolsa de futuros docentes para o Instituto, criar as condições mínimas necessárias para a frequência dos futuros cursos do Instituto.

Espera-se que nos primeiros anos da sua criação o ISMI funcione no Centro de Instrução da Logística (CILOG), em Maputo. E numa fase posterior num campus próprio a ser erigido em local a indicar.

e. Síntese Conclusiva

De acordo com a abordagem feita verificamos que as FA de Moçambique pós-independência, foram instituídas duas vezes: a primeira instituição ocorreu depois da luta pela independência do país em 1975, intencionada à transformação de ex-guerrilheiros, num corpo de oficiais e ética militar com formação orientada e treinamento formal de cariz convencional, virada essencialmente para atender a situação de guerra movida pela ex-Rodésia do Sul, pelo regime do apartheid na África do Sul e pela guerra civil até 1992; A segunda verificou-se neste mesmo ano à força da AGP, que extingue as FAM/FPLM e determina a edificação das FADM impondo-lhes um carácter apartidário, de carreira, profissionalmente idóneas, competentes, exclusivamente formados por cidadãos moçambicanos voluntários.

A Educação embora tenha sido declarada primeira prioridade para o desenvolvimento do país, cedeu lugar ao apelo à defesa da pátria. Muitos estudantes viram seus cursos interrompidos para receberem formação e treino militar dentro e fora do país sem às habilitações requeridas, facto que foi agravada pela guerra civil com a destruição de muitas escolas.

O fim da guerra civil marcado pela assinatura do AGP, e da paz que perdura à mais de 18 anos, indicia novos horizontes para a consolidação das FADM num corpo moderno, profissionalmente à altura da sua missão de defesa da pátria e de um actor activo na manutenção da paz e segurança na região lideradas por oficiais com visão (formação académica de excelência) e valores (integridade, esforço, espírito de corpo, ética, excelência e inovação). Exemplo desse futuro promissor é fundação da AM que herdou todo o património material e de ensino das FAM/FPLM, e actualmente, as perspectivas de criação de um ISMI, que garantirá formação contínua ao longo da vida de nível superior universitário, aos oficiais das FADM.

Apesar das desafios impostos pela guerra na formação profissional militar, estes, até a altura da assinatura do AGP, contribuíram para mudanças positivas: a transformação



dos ex-guerrilheiros da luta de libertação num corpo de oficiais profissionais que lidassem com armamento convencional e a necessidade de padronizar a educação profissional.

A formação básica dos oficiais, no país, esteve sempre condicionada à intensidade com que a guerra era feita, daí a razão da mesma ter estado durante pouco mais de uma década e meia baseada em modelos não convencionais e direccionada para a ministração do essencial para fazer a guerra.

Consideramos assim validada a H1: (A formação ministrada no ISMI tornará os oficiais que o frequentarão qualitativamente superiores aos actuais nos postos correspondentes, devido à natureza curricular que a sustentará).

Pelo que afirmamos ao longo desta síntese conclusiva julgamos ter respondido à QD1: (Em que medida é pertinente a criação de um ISMI na realidade actual das FADM?).



2. Formação Militar Profissional

a. Enquadramento

Verificámos no capítulo anterior que a qualidade da formação militar foi afectada por falta de observância de critérios como qualificação académica, técnica militar ou de anos de experiencia na altura da integração. Em nome da paz e da reconciliação foram criadas às novas FA. Em contrapartida foi destruído o anterior corpo de oficiais detentor de uma certa experiencia na área de formação, como testa o legado de infra-estruturas transferidas para AM.

Actualmente, a progressão no profissionalismo militar das FADM orienta-se à base de um conjunto de princípios dos quais sublinha-se o do primado do profissionalismo como sendo: a *“capacidade de acção de completa entrega à missão que exige conhecimentos técnicos-científicos e formação humanística, segundo elevados padrões éticos, e pressupõe a obrigação de aperfeiçoamento contínua, tendo em vista o desempenho das funções com zelo e eficiência”* (Art. nº 130 alínea c do Decreto nº 4/98, 17/02)

A fundação da AM inicia, neste contexto, um tipo de formação com um cariz técnico-científico, de nível superior, característica que se pretende seja enrobustecida com o estabelecimento do ISMII em resposta ao que foi evidenciado no AGP – serem “apartidárias, de carreira profissionalmente, idóneas e competentes...” (Lei nº 13/92 de 14 de Outubro).

O profissionalismo, a idoneidade e a competência passam por um processo de formação permanente, e orientação dos profissionais militares a aceitarem o princípio da supremacia civil e à necessidade de absterem-se de tomar acções que possam comprometer as autoridades eleitas, “como um valor fundamental da sua profissão” (Honwana, 1999: 156).

Havendo mais do que uma definição do conceito, de entre várias, outras mais sucintas, é importante analisar os conceitos de FMP, profissionalismo, por forma a assumir aquela que melhor responde, ao nível das FADM, o que entendemos por FMP.



b. Conceito de Profissionalismo

O primeiro passo para analisar o carácter profissional de um corpo de oficiais é definir o conceito de profissionalismo, cujas características marcantes de um tipo especial de vocação são: especialidade, responsabilidade e corporativismo¹¹ (Huntington, 1957:8)

Edmonds (1988)¹² estabelece que o conceito é entendido em diferentes períodos da história de maneiras diferentes em vários países. Esta percepção reflecte a interacção de factores tais como cultura política, tradições militares e o nível de complexidade burocrática do Estado. Entretanto, o profissionalismo militar moderno, de uma forma geral é visto em Estados democráticos como incluindo o leque de características de qualquer profissão e a legitimidade de comando. A especialização, a autoridade, sanções da comunidade, um código de ética, uma cultura profissional específica são identificadas como atributos de uma profissão (Honwana, 1999: 156).

A especialização significa que os profissionais combinam o conhecimento teórico com a idoneidade prática de realizar um determinado conjunto de tarefas, que no caso das FA, é a combinação da teoria e à prática da guerra “ou a gestão aplicada da violência” como essência da especialização (Honwana, 1999: 157).

Huntington, (1957: 8) Vê o homem profissional como um especialista dotado de conhecimento especializado e competências numa determinada área de conhecimento humano. A sua especialidade é alcançada por um prolongado período de formação e experiência. O conhecimento profissional tem um percurso histórico, sendo uma parte dessa trajectória essencial para competência profissional. Assim o “especialista militar é o oficial que é peculiarmente conhecedor na administração da aplicação da violência sob certas condições prescritas” (Huntington, 1957: 8 e 12)

A responsabilidade a que Huntington se refere na definição do conceito de profissionalismo, parte do princípio de que o homem profissional é um especialista praticante trabalhando num contexto social, servindo a sociedade numa determinada área que é essencial para o seu funcionamento, tendo em conta que o cliente de cada profissão é a comunidade de forma individual ou colectiva. Assim, o carácter geral e essencial de um serviço, o monopólio da sua perícia impõe ao homem profissional a responsabilidade de executar a sua agência quando a sociedade à necessita (Huntington, 1957: 9).

No caso de especialistas militares Edmunds, (2006: 1059) indica o Estado como patrono e ao mesmo tempo cliente das FA cuja existência visa providenciar defesa contra

¹¹ Corporateness, em Inglês, conforme Huntington, 1957: 8 e 10

¹² Citado por Honwana (1999)



ameaças reais ou potenciais ameaças externas sempre que os interesses da nação estejam em causa.

A legitimidade de comando como componente particular de profissionalismo militar, é onde se espera que a sociedade sinta que os profissionais militares existem e realizam a defesa de toda à comunidade nacional de acordo com as normas e princípios estabelecidos, (Honwana, 1999: 158), assim, ela enquadra-se no âmbito da responsabilidade referida por Huntington.

Sobre as sanções da comunidade, a sociedade confere ao grupo de profissionais, certos privilégios e poderes tais como à autonomia de admitir, treinar e avaliar os seus membros; o direito de confidencialidade; à autonomia de instituir os padrões de especialidade profissional; o monopólio legal de exercer a sua profissão. Estas são também conferidas às forças armadas (Idem, p. 157)

Em relação ao código de ética, pretende-se afirmar que a ética regula as relações dos profissionais com a sociedade e com os seus pares. Nas FA o código de ética impõe aos seus membros empenho incondicional à defesa da sociedade e disposição permanente para executar ordens de autoridades superiores (Idem, p. 157).

Quanto à cultura profissional ela reflecte todos os atributos acima referidos e agrega um conjunto de valores e normas, incluindo símbolos tais como uniformes, insígnias, e o uso distintivo de uma linguagem profissional (Idem, p. 157).

Finalmente o corporativismo. Huntington (1957: 10) mostra que é neste extensão que os membros da profissão compartilham o sentido orgânico de unidade e a consciência de um grupo que se distingue entre as demais pessoas da sociedade em geral. Este sentido de unidade orgânica funda-se na disciplina e formação necessária para à aquisição de competências profissionais, como laço comum de trabalho e da partilha de uma única responsabilidade social.

c. Profissão Militar

A profissão militar, juntamente, com a profissão médica, a advocacia, o ministério religioso, é uma das quatro profissões consideradas clássicas. A razão prende-se ao facto de terem sido as primeiras a reunir, no mundo ocidental, o conjunto de características vistas como típicas de uma profissão no sentido actual do termo (Viegas, 2003: 55).

Para o mesmo autor a profissão militar divide-se entre soldados e oficiais. A expressão “profissão militar” na perspectiva de “carreira militar” tem melhor aplicação quando se refere ao percurso do oficial e não do soldado conscrito (Idem, p.56).



Sendo à aplicação da violência um monopólio do Estado, este tem a obrigação de “especializar uma parte da sua burocracia para se ocupar das coisas das armas”. Isto implica que o Estado é detentor dos meios materiais para exercer a violência, bem como realizar o controlo do seu conhecimento especializado, facto que lhe coloca na situação de “único fornecedor legítimo deste serviço” (Idem, p. 57)

A profissão militar faz parte do conjunto das profissões que se fundamentam na aquisição de um corpo de conhecimento técnico-científico. A profissão das armas distingue-se das demais pelo facto de o profissional militar ao longo da sua vida estar influenciado pelas transformações pelas quais a guerra passou desde o início da revolução industrial (Idem, p.57).

Actualmente espera-se das FA, como detentoras do monopólio do uso legal das armas, sejam capazes de actuar em toda a escalada da violência “desde a actuação em grandes teatros de guerra, passando pelo combate a organizações criminosas, até ao socorro à população civil afetada por desastres naturais” (Idem, p.58).

Esta é uma situação social que exige da profissão militar uma expansão da sua base de conhecimentos e, de forma particular, a aquisição de aptidões e conhecimentos operacionais que permitam agir de forma eficaz. Para que isso seja possível de alcançar é necessário investir na formação, treinamento e exercícios contínuos que capacitem o pessoal. Assim a “necessidade de ter uma acção eficaz em toda a escala da violência obriga a instituição militar a produzir muito mais um soldado profissional e especialista do que cidadão alistado” (idem, 58-9)

Viegas (2003) nota não ser surpreendente, na linha deste raciocínio, que o impacto mais importante sobre a profissão militar, *“seja a interacção entre as transformações na condução da guerra, que significa a aplicação de alta tecnologia nos armamentos e o tipo de conhecimento profissional que estas transformações exigem. Como exemplo caracteriza que “actualmente uma força moderna de combate é altamente dependente de cobertura aérea, obtenção de dados sobre o teatro de batalha, capacidade de manobra utilizando blindados e veículos blindados de transporte de tropas, unidades aerotransportadas e do uso de helicópteros”* (Viegas, 2003: 59).

A tecnologia bélica usada e o tipo de unidade de combate, para além de depender extremamente de capital, são sujeitos de treino especializado de equipas para se obter eficácia na sua utilização. Comentando a transformação da guerra na passagem do século XX para XXI Viegas, (2003) apoia-se em Martin Van Creveld para afirmar: *“No futuro, a*



guerra não será travada por exércitos, mas por grupos a quem nós chamamos de terroristas, bandidos, e assaltantes, os quais irão, indubitavelmente, usar títulos mais formais para descrever a si mesmos. Sua organizações serão provavelmente construídas em linhas carismáticas ao invés de linhas institucionais, e serão motivadas menos pelo “profissionalismo” do que por lealdades baseadas em fanatismos ideológicos” (Viegas, 2003: 61).

Neste âmbito, Huntington (1957:14) sugere que ao profissional militar se determine que seja depositário de um amplo “background” de cultura geral que o habilita a exercer a sua profissão com mestria.

d. Formação Militar

Destina-se à oficiais, *“essencialmente, ao exercício de comando de forças e unidades, direcção ou chefia de órgãos e estabelecimentos, e ao desempenho de funções técnicas que requeiram elevado grau de qualificação ou especialização, bem com ao exercício de funções de natureza diplomática no estrangeiro”* (Art. 135º nº2 do Decreto nº 4/98, 17/02).

Como processo contínuo e permanente está ligada à própria progressão na carreira. Ela exige formação específica ao longo da vida. Exemplificando, o procedimento das FA portuguesas norteia que *“um oficial do exército tem que efectuar após um curso superior de cinco anos na Academia Militar, que lhe concede o grau de licenciatura e lhe permite ingressar no quadro permanente do Estado (a) Para ser promovido a capitão (...) necessita de frequentar, com aproveitamento, um curso de promoção com duração de cerca de um ano lectivo. (b) Por sua vez, a promoção a oficial superior, só se consume depois de um novo curso – o Curso de Promoção a oficial Superior. (c) Para acesso aos mais elevados postos da hierarquia, o oficial, após escolha, pode frequentar o curso de Promoção a Oficial General, que o habilita a aceder a Oficial General”* (Bravo, 2008: 117).

Fora dos cursos que os oficiais têm de frequentar para aceder a determinados postos da hierarquia militar, grande parte do seu tempo é dedicado à instrução e à formação de outros militares, bem como ao desempenho de tarefas especializadas nas variadas áreas de interesse da Instituição Militar. Este procedimento permite uma actualização contínua dos conhecimentos, facto que constitui uma “particularidade em relação à generalidade das profissões e carreiras” (Bravo, 2008: 117)



Conceptualmente, há várias interpretações sobre a formação. Rego e Cunha (2009: 414) distinguem a formação e desenvolvimento. Assumem que *“são termos frequentemente usados em simultâneo, e denotam sobreposições conceptuais. Mas são conceitos distintos. Ambos incorporam actividades destinadas a desenvolver as competências dos colaboradores, a melhorar os seus níveis de aprendizagem, tendo em vista a melhoria do desempenho e o incremento da eficácia organizacional”*. Outras consideram que o desenvolvimento está inserido na formação.

No primeiro caso a formação centra-se no individuo nos aspectos palpáveis do desempenho com a finalidade de eliminar lacunas e melhorar algumas competências, à curto prazo. E o desenvolvimento na competência organizacional, aplicada à longo prazo, visando melhorar determinada necessidade estratégica da organização no futuro (Ibidem, p. 414).

Nas FA portuguesas o EMFAR, nos seus princípios de formação militar, evidencia que a formação militar, incluindo a instrução e treino, *“visam continuar a preparação do militar para o exercício das respectivas funções”* cabendo deste modo as FA propiciarem aos militares formação contínua adequada às capacidades individuais e aos interesses da própria instituição. E define a formação militar como um envolvimento de *“acções de investimento, de evolução e de ajustamentos e materializa-se através de cursos, tirocínios, instrução e treino operacional e técnico, consoante a categoria, posto, classe, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence”* (Art. 72 e 73 do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho)

O mesmo Decreto-Lei debruçando-se nos seus artigos 71º e 73º sobre o ensino e a formação militar estabelece a sua finalidade como sendo *“a habilitação profissional do militar, a aprendizagem de conhecimentos adequados à evolução da ciência e tecnologia e, bem assim, ao seu desenvolvimento cultural”*, e assenta que *“garante a continuidade do processo educativo e integra-se nos sistemas educativos e formativos nacionais”*.

Numa outra vertente, no seu artigo 74º, apresenta as tipologias dos cursos, dividindo-os entre Cursos de Formação Inicial, visando a habilitação profissional do militar e a aprendizagem de conhecimentos adequados às evoluções da ciência e tecnologia e, bem assim, ao seu desenvolvimento cultural, Cursos de promoção, Cursos de especialização, Cursos de actualização, estes destinados a reciclar os conhecimentos do militar, visando a sua adaptação à evolução técnico-militar, e, por último, Cursos de qualificação para habilitar os militares ao desempenho de funções que exigem formação específica.



Desta explanação resulta que os cursos ministrados nos estabelecimentos militares se enquadram dentro das duas categorias em que normalmente é dividida a formação profissional - a formação inicial e a formação ao longo da vida – e, por outro lado, terão componentes que lhes permitem garantir formação de dupla certificação, educativa e profissional.

O EMFAR, no seu artigo 79º, também prevê que os Cursos de Formação ministrados nas FA, que confirmem conhecimentos e aptidões habilitantes para o exercício profissional, garantam o direito à respectiva certificação profissional.

Nesta circunstância, a FMP estrutura-se da seguinte forma:

a) Formação inicial;

Inicia-se com o ingresso na Escola Naval (EN)/Academia Militar (AM) Academia da Força Aérea (AFA). A finalidade é prover competências que habilitem o militar a entrar nas diferentes categorias do QP (Santos, 2011, Entrevista).

b) Formação ao longo da vida

Envolve a frequência de vários cursos: Curso de Promoção a Capitão (CPC) – o oficial é habilitado para a função de comandante de companhia. Recebe conhecimentos adequados que o habilitam à comandar forças em contextos multiculturais como o é das Organizações Internacionais (OI) ; Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS) – Neste curso abrangendo o Curso Complementar Naval de Guerra (CCNG), o Curso de Estado-Maior Conjunto (CEM-C) a formação é orientada para as funções de Estado-Maior. No CEM-C sublinhe-se que é um curso de qualificação que abre o acesso à parte significativa dos cargos nos Estados-Maiores das OI. Durante a formação são privilegiadas as competências específicas; Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) – sendo um curso de promoção enfatiza-se a tomada de decisões estratégicas, a assumpção de responsabilidades individuais baseadas em situações práticas das grandes unidades, as competências de nível operacional e estratégico no plano geopolítico, nacional e internacional (Santos, 2011, Entrevista).

c) Formação Orientada

É formação de curta duração ministrada antes e durante a função. Pode ter carácter formal e informal, visa desenvolver competências transversais e específicas (Santos, 2011, Entrevista). Vide a tabela 1.



Tabela 1 - Perfil de formação de Oficial do QP

Formação Inicial	Formação ao Longo da Vida	Formação Orientada para a Função
Escola Naval de Guerra; Academia Militar; Academia da Força Aérea.	Curso de Promoção a capitão; Curso Complementar Naval de Guerra; Curso de Estado-Maior Conjunto; Curso de Promoção a Oficial General	Antes e Durante a Função
Formação Formal		Formação Formal e Informal
Perfis de Formação		Competências transversais e específicas

Fonte: Sousa, 2011: 20

e. Modelos de Formação estrangeiros

Em muitos países do mundo, em referência Europeus, a formação militar universitária apresenta diferentes aproximações na formação dos oficiais. Assim, afigura-se pertinente fazer uma breve incursão sobre a realidade existente em algumas FA, com a apresentação dos modelos de formação militar de três países europeus (Espanha, Portugal e França) na perspectiva de apreender aspectos que contribuíram, de forma enriquecedora, para a concretização do modelo adoptado no processo de criação do ISMI.

1. Escola Superior das Forças Armadas - ESFAS (Espanha)

Foi estabelecida em 1842, foi a primeira Escola de Estado Maior na Espanha. Depois da primeira guerra a Marinha fundou Escola Naval de Guerra e a Força Aérea estabeleceu em 1939 a Escola de Guerra Aérea (Folletos ESFAS, 2010).

O fim da Segunda guerra Mundial determinou a necessidade de uma doutrina unificada para as operações conjuntas e combinadas. São estas escolas que em 1998 se juntam e formam a Faculdade de Estado do Estado Maior conjunto, como um centro de alto nível de estudos políticos, militares, estratégicos, económicos e sociológicos para a Defesa Nacional (Folletos ESFAS, 2010).

A ideia básica de criação de ESFAS é preparar oficiais para assumirem responsabilidades, não só a nível das suas FA, mas também de comando de operações conjuntas e combinadas em organizações nacionais ou internacionais de defesa e segurança (Idem, 2010).

A missão da ESFAS é responsabilizar-se pela pesquisa, análise e publicação dos resultados de estudos sobre doutrinas conjuntas e combinadas, oferecendo cursos para habilitar oficiais superiores para realizar as tarefas de um oficial-general. É também



responsável por ministrar cursos para preparar oficiais dos três ramos e da Guarda Civil bem como de operações conjuntas e combinadas (Idem, 2010).

As ESFAS para levarem a cabo a sua missão têm a seguinte organização: um Comandante designado numa base rotativa proveniente dos três ramos das FA com a patente de Major-General ou Vice-almirante (Idem, 2010).

Um Director Pedagógico também proveniente dos três ramos das FA com a patente de Brigadeiro-General ou de Contra-Almirante. Um Director do Comando de Apoio e Serviços subordinado directamente ao director pedagógico, responsável pela planificação, programação, coordenação e acompanhamento de actividades educacionais (Idem, 2010).

Os Instrutores permanentes: são oficiais graduados dos três ramos das FA e da Guarda Civil, constituem o quadro permanente das ESFAS; Instrutores temporários: São professores convidados, especialistas militares e civis que participam nas actividades de formação das ESFAS (Idem, 2010).

A ESFAS é responsável por ministrar os seguintes cursos: Curso para oficiais seniores – é um curso com duração de 9 semanas objectivado a preparar oficiais seleccionados para promoção a general. O curso é dividido em duas fases: fase conjunta e uma destinada a um único ramo. O currículo inclui logística, organização, arte operacional e estratégia. Normalmente o curso decorre de Setembro a Novembro (Idem, 2010).

Curso de Estado Maior das Forças Armadas (CEMFAS) é um curso com a duração de um ano académico, começa em Setembro e termina em Junho. Começa por uma fase preparatória chamada de aprendizagem electrónica (e-learning), aberta a estudantes estrangeiros, divide-se em três fases conjuntas e uma específica para um único serviço. As fases dividem-se em módulos de disciplinas (Idem, 2010).

Curso Superior de Inteligência das FA (CISFAS) – O objectivo deste curso é providenciar conhecimentos sobre informações, contra-informações, segurança e planeamento operacional necessária para realizar actividades de informação nas unidades, centros específicos, estados-maiores conjuntos e combinados das FA. O curso divide-se em duas fases: a primeira por correspondência (3 meses) e a última presencial (6 meses) (Idem, 2010).



As fases dos cursos organizam-se em: Fase básica; Fase de Defesa Nacional e planeamento das operações; Fase por ramo e, fase da aplicação.

Os módulos são blocos de ensino que preenchem muitos dos objectivos da formação. Juntos, estes objectivos de formação contribuem para a consecução dos objectivos gerais de cada módulo em que estão inscritos ou programados. Vide tabela 2

Tabela 2 – Módulo dos blocos na ESFAS

Ag	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun
	Módulo 1 e 2				Módulo 3 e 4		Módulo 5, 6, e 7		Módulo 8	
	Fase Básica				Fase de Defesa nacional e planeamento operacional		Fase por Ramo		Fase de Aplicação	

Fonte: adaptado de Folhetos, 2010

Os nomes dos módulos são os seguintes:

- Módulo 1 – Geral
- Módulo 2 – Segurança e Defesa do Mundo
- Módulo 3 – Defesa Nacional
- Módulo 4 – Primeiro de Operações Conjuntas
- Módulo 5 – Organização e Planos
- Módulo 6 – Preparação da Força e Apoio
- Módulo 7 – Uso da Força
- Módulo – Segundo de Operações Conjuntas

A distribuição dos módulos ao longo das fases apresenta-se na tabela 3 de seguinte modo:



Tabela 3 – Distribuição de Módulos dos blocos na ESFAS

70%	20%	10%
Fase por Ramo		Outras Actividades
Fase Comum <ul style="list-style-type: none">• Defesa e segurança do Mundo• Defesa Nacional• Operações conjuntas	Operações de Guerra Gestão de Recursos	Visitas e viagens

Fonte: adaptado de Folleto ESFAS 2010

2. Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) – Portugal

O IESM foi criado em Setembro de 2005, pelo Decreto-Lei n.º 161/2005 de 22 de Setembro, como resultado da fusão de 3 Institutos Superiores dos Ramos das FA designadamente, o Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), o Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG) e o Instituto de Altos Estudos da Força Aérea.

Este instrumento legal alude como missão do IESM “ministrar aos oficiais dos quadros permanentes das forças armadas a formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares, necessária ao desempenho das funções de comando, direcção e estado-maior ao nível dos ramos e em forças conjuntas e combinadas, assim como ao desempenho de cargos em organizações internacionais” (Art. 2º do Decreto-Lei n.º 161/2005

Desta missão três tarefas são fundamentais:

- (1) Ministar cursos - de promoção, a oficial superior e a oficial general, cursos de qualificação e outros cursos e estágios com o objectivo de aprofundar ou proporcionar novos conhecimentos aos oficiais dos quadros permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana que os frequentam (WWW.iesm.mdn.gov.pt)
- (2) Promover a Investigação - Orientada, principalmente, para actividades que visam actualizar e uniformizar a doutrina militar, em conformidade com as grandes linhas da política de defesa nacional, e para iniciativas que possam ajudar a reflectir sobre temas nas áreas da segurança e defesa (WWW.iesm.mdn.gov.pt).



(3) Fomentar o Intercâmbio Institucional - Com o objectivo de contribuir para a concretização das tarefas de ensinar e investigar, compete ao IESM promover o intercâmbio com outras instituições, militares, académicas e científicas, nacionais e internacionais, em áreas como a frequência de cursos, a permuta de docentes, a participação em exercícios, a realização de actividades de investigação, ou apenas a simples partilha de informação e o acesso às bibliotecas (WWW.iesm.mdn.gov.pt).

O IESM para concretizar a sua missão conta com a seguinte organização:

- Um Director com posto de Vice-Almirante ou Tenente General nomeado por despacho do MDN, numa rotativa por cada um dos ramos das FA;
- Três subdirectores com o posto de contra-almirantes ou majores-generais, sendo um por cada ramo das FA, também nomeados pelo despacho do MDN;
- Conselho escolar com a função de um órgão de consulta do director para assuntos de carácter científico e pedagógico;
- E com três Departamentos e um Serviço nomeadamente, Ensino, Cursos, e Doutrina sendo o Serviço de apoio dirigido por um capitão-de-mar-e-guerra ou coronel nomeado de forma rotativa pelo Chefe de Estado-Maior (CEM) de cada um dos ramos. Os Departamentos são dirigidos pelos subdirectores em regime de rotação pelos ramos das FA (Art. 5º do Decreto-Lei n.º 161/2005)

Corpo Docente – A docência dos cursos ministrados no IESM é conduzido por militares das FA, de acordo com as necessidades de formação. “Os directores dos cursos, os coordenadores das áreas de ensino e os professores são nomeados pelo MDN. Os militares no activo são nomeados em comissão de serviço nos termos do EMFAR (Art. 15º do Decreto-Lei n.º 161/2005)

“Os professores civis são docentes universitários contratados por períodos de um ano, renováveis por igual período” podendo ainda o director do IESM convidar conferencistas de reconhecido mérito para proferir palestras, ou participar em cursos, colóquios e seminários” (Art. 12º e 13º da Portaria n.º 1153/2005) .

Cursos – Para além dos cursos referidos no capítulo 2 alínea (b) deste TII ministra outros cursos e estágios tais como: Curso de Estudos Africanos, Operações de Paz e “State Building”; Curso de Cooperação Civil e Militar (CIMIC); Curso de Planeamento de



Operações Psicológicas (CPOP); Estágio para Comandantes do Exército (WWW.iesm.mdn.gov.pt).

Plano organizacional dos Cursos – O Gabinete de Planeamento e Promoção (GPP) é órgão que assegura a planificação dos cursos e estágios do IESM e desenvolve a sua acção sob orientação do Departamento de Ensino. As suas atribuições resumem-se entre várias na elaboração individual e preparação dos cursos e garantir o processamento dos registos escolares relativos a todos os cursos e estágios ministrados no Instituto. Os módulos de ensino agrupam em áreas de ensino designadamente:

- Área de Ensino de Estratégia (AEA)
- Área de Ensino de Administração (AEE)
- Área de Ensino de Operações (AEO)
- Área de Ensino Específica da Marinha (AEEM)
- Área de Ensino Específica do Exército (AEEE)
- Área de Ensino Específica da Força Aérea (AEEFA) (WWW.iesm.mdn.gov.pt).

As áreas tal como os módulos na ESFAS são blocos de ensino que preenchem muitos dos objectivos da formação. Juntos, estes objectivos de formação contribuem para a consecução dos objectivos gerais de cada área em que estão inscritos ou programados.

Os modelos analisados mostram que de uma forma geral ao longo da sua carreira o oficial do QP é submetido a um verdadeiro processo de aprendizagem e formação contínua com cursos de promoção e de qualificação, nomeadamente: curso de promoção à Capitão no Exército/Curso Básico de Comando na Força Aérea; Curso de Promoção à Oficial Superior, no IESM; Curso de Estado-Maior Conjunto, no IESM e Curso de Promoção à Oficial General, no IESM.

3. Academia Militar de Saint-Cyr - França

Em França, o Ensino Superior Militar Universitário (ESMU) está a cargo de uma grande escola de referência a Academia Militar de Saint-Cyr. Esta AM é um conjunto de três escolas: a “Ecole Spéciale Militaire de Saint-Cyr” (equivalente a Academia Militar Portuguesa); a “Ecole Militaire Interarmes” (equivalente à Escola Superior Politécnica do Exército (ESPE)) e a “Ecole Militaire du Corps Technique et Administratif” (para a formação de oficiais de saúde da área logística). Nesta AM o perfil do oficial é o de um “chefe militar”, servidor do Estado, e decisor. (Borges, 2004).



É conhecida como uma grande escola de liderança. Os oficiais aprendem a tomar decisões em situações difíceis. A liderarem em combate seja qual for a sua natureza. Homens de pensamento e de acção. Como futuros tomadores de decisão são treinados a serem capazes de inventar soluções para os desafios do amanhã (www.st-cyr.terre.defense).

O seu projecto de formação visa criar capacidades de comando que se definem em três competências básicas: discernir na complexidade, decidir na incerteza, e agir na adversidade ou seja, ser capaz de obter uma verdadeira compreensão da situação; ter força de carácter para assumir riscos calculados e ousar corajosamente, e finalmente, agir na diversidade como sendo o conhecimento de domínio seja para agregar energias, instigar a acção colectiva e decidir em consciência (www.st-cyr.terre.defense).

A admissão feita por meio de um concurso documental (abertura às ciências, letras e ciências económicas e sociais) e prestação de provas específicas (físicas, médicas e de aptidão militar), a cargo do Ministério da Defesa Nacional (MDN) (Borges, 2004).

O projecto pedagógico de Saint-Cyr está assente em quatro pilares: a cultura geral, o sentido dos valores, a aptidão para comando e, as competências profissionais. “a arquitectura da formação militar geral (do homem, do cidadão, do soldado e do chefe) inclui um troco comum de formação geral comum a todos os oficiais, formação académica, formação de comportamento militar e desportiva. A formação militar é concentrada no primeiro ano (formação inicial militar de quatro meses, para além de diversos cursos, como pára-quedismo, comando...) e no último semestre, imediatamente antes do tirocínio (Borges, 2004: 131).

“A arquitectura da formação militar geral inclui um tronco comum de formação geral comum a todos os oficiais, formação académica, formação do comportamento militar e a formação militar desportiva”. Destaca-se o facto de o cadete no fim da formação receber o diploma Saint-Cyr, que é um mestrado em relações internacionais ou gestão... (Idem, p.131)

f. Análise comparativa

Com a breve caracterização dos modelos de formação militar de ensino superior dos três países – Espanha, Portugal e França, observa-se que nos dois primeiros o ensino é comum às três componentes das FA, e no último o projecto de formação assentar em quatro pilares: a cultura geral, o sentido dos valores, a aptidão para o comando e, as competências profissionais, que no fim do curso receber um de mestre em relações internacionais.



Apesar das diferenças estão identificadas as áreas que possibilitam a comparação com o modelo do ISMI a ser desenvolvido no último capítulo.

Para os primeiros dois modelos (ESFAS e IESM) os modelos abordados são, um passo importante para a formação ao longo da vida do oficial. No caso do IESM (Portugal) um oficial das FA portuguesas passa normalmente um terço da sua vida em acções de formação, quer sejam cursos de qualificação ou, de actualização.

Actualmente, reconheça-se que a estrutura e sistema de Instrução e Ensino das FADM está na sua fase embrionária e por isso ainda não é o mais adequado, acarreta a obrigação de se continuar com o programa de investimento no sistema da Instrução e ensino nas FA, em que são exemplos de louvar os casos da AM e agora o processo de criação do ISMI, como forma de melhorar o profissionalismo dos oficiais dos QP. Assim diversos aspectos dos modelos Espanhol e Português foram adoptados para o ISMI, como veremos no capítulo a seguir.

g. Síntese Conclusiva

Em conformidade com a abordagem feita neste capítulo, analisamos a FMP para o presente trabalho de investigação individual. No âmbito do que foi referido “A formação profissional seria constituída pelas intervenções escolares e extra-escolares que visam: a) preparação inicial, de jovens adultos (activos ou não), para o exercício de qualquer profissão qualificada ou técnica de nível superior e, b) o aperfeiçoamento de activos de todos os níveis de qualificação profissional e responsabilidade (Cardim (2005: 23)

Esta definição responde plenamente ao que se pretende que seja a missão do ISMI: promover e garantir a desenvolvimento científico, doutrinário e técnico-militar, por meio da formação contínua dos oficiais dos QP das FADM, para o desempenho de funções de Comando, Direcção, Chefia e Estado-Maior.

Com a especialização os oficiais do QP saberão combinar o conhecimento teórico com a competência prática de a aplicação da violência como essência da especialização.

A profissão militar foi abordada na perspectiva de carreira militar referindo-se ao percurso do oficial e não do soldado conscrito, onde o papel da formação contínua é uma necessidade que obriga a instituição militar a produzir quadros profissionais especializados do que cidadãos alistados.



Os aspectos referidos ao longo deste capítulo mostram as diferentes interpretações quanto ao conceito de Formação, profissão e profissionalismo militar quer do ponto de vista geral, bem como militar.

Analisámos também alguns artigos do EMFAR (Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho) respeitantes à formação profissional em Portugal (respeitante a ensino e formação, artigos, 71, 72, 73 e 74), e finalmente os modelos de formação da ESFAS Espanhol e do IESM de Portugal, bem como alguns dos elementos da FMP das FA francesas Abordamos, bem como o das Escolas francesas.

Entre os modelos Espanhol e Português as diferenças estruturais não são grandes, sendo de mencionar as designações e o organograma. Apesar das diferenças dos modelos entre Espanha, Portugal pode se notar que são similares.

Independentemente das diferenças que possam existir em qualquer realidade, Borges (2004) argumenta que o oficial deve ser “entendido como homem de acção, dotado de uma capacidade de reflexão e de vastos conhecimentos militares, com especial destaque para a gestão de recursos humanos, materiais e financeiros, competências que no conjunto “consolidam” a arte de comandar”.

Desta forma, se a arte de comandar necessita deste conjunto de habilidades consideramos validada a H2 (A Formação Militar Profissional propiciada pelo ISMI desenvolverá as competências necessárias à maior e melhor participação de quadros superiores em ambientes conjuntos e combinados, devido à exigência curricular e prática inerente àquela tipologia de ambientes).

Como resposta à QD2 (É que medida a FMP, para os oficiais das FADM, contribuirá para melhorar a sua carreira profissional?) Os modelos discutidos neste capítulo são moldáveis a realidade do ISMI das FADM.



3. Papel do IESM na FMP das FADM como forma de contribuir para a consolidação da sua profissionalização

a. Enquadramento

No âmbito do contexto da criação do IESM, abordado desde o início deste TI, em observância do Despacho n.º 418/MDN/2008, de Agosto foi criada uma Comissão Instaladora do Instituto dos Estudos Superiores Militares (CI-IESM), a qual produziu as grandes linhas da estratégia do futuro IESM no contexto da FMP das FADM.

Deste documento da CI-IESM, decorrerão as actividades de ensino, investigação e de apoio à comunidade nos planos científico, doutrinário e técnico-militar, através da aprovação da legislação devida que se espera venha à acontecer muito em breve.

Assim o ISMI, segundo o Tenente-Coronel Carlos Mendes (Entrevista, 2011) terá que ser um estabelecimento de ensino que propicie, na generalidade, formação avançada e ou especializada; cumulativamente, se seguir o modelo português, desenvolve acções de formação em contexto de cursos de promoção (oficial superior, oficial general); no quadro dos cursos de qualificação, onde surge também o Curso de Estado-Maior.

b. Modelo de Formação e Contributo para a Consolidação da Profissionalização

Baseando-se na perspectiva de Borges (2004: 124) por modelo de formação para o ISMI, referimo-nos a um projecto educativo, científico e cultural próprio, a existência de instalações, de recursos e de um corpo docente próprio, apropriado à natureza do curso e do respectivo grau.

No caso do ISMI, segundo esta definição, será uma representação do conjunto de cursos adaptados à realidade das FADM, cursos de pós-graduação, mestrados e doutoramentos, nas áreas relevantes para a defesa e segurança.

Assim os subsídios para um modelo do ISMI seriam:

- (a) Regime de admissão – Ingresso nos Quadros Permanentes, em função das necessidades da Instituição. Para Cursos de Defesa Nacional (CDN) e outros por aprovação anual do MDN, consoante o número de vagas.
- (b) Duração dos cursos - Curso de Altos Comandos (CAC), 42 semanas; CEM-C, 64 semanas; Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS), 31 semanas; Curso de



Defesa Nacional (CDN), 38 semanas; e curso de curta duração para a sociedade civil.

- (c) Grau Académico – Pós-Graduação, concessão de grau de mestre e Doutoramento, inicialmente em cooperação com universidades públicas.
- (d) Objectivo da Formação – Oficiais dos QP das FA, Altas Individualidades da Defesa Nacional, da Política, Académicos, Empresariais, da Sociedade Civil e das Forças de Defesa e Segurança.
- (e) Área científica e tecnológica – Ciências sociais e humanas, ciências jurídicas, ciências políticas, Administração, Relações Internacionais, Organização Militar, Planeamento Operacional.
- (f) Peso dos Conhecimentos militares - Cerca de 30 a 40%
- (g) Regime de “diplomação” – TII final, tese final de curso de mestrado ou doutoramento
- (h) Plano de Curso – De espectro curto com disciplinas de opção, que orientem o esforço em termos funcionais ou de graus académicos.
- (i) Participação na Investigação – Ao longo da componente académica, em especial no trabalho de TII final
- (j) Internacionalização – Assinatura de protocolos com congéneres estrangeiros, para intercâmbio de docentes e discentes (Portugal e outros).

Por Contributo para a consolidação da profissionalização, entende-se como sendo o fortalecimento dos conhecimentos dos oficiais dos QP por meio de uma formação de qualidade de nível superior para habilitar ao desempenho de funções técnico-profissionais nas FA, tendo como propósito a progressão na carreira, a evolução profissional, assumindo como princípio a qualidade do desempenho e a valorização dos oficiais. Valorização quer seja por meio de formação contínua dos militares ao serviço das FA, quer seja através da capacitação daqueles (oficiais dos QP mais antigos) que servem com baixo nível de qualificação académica e militar, com instrumentos que lhes permitam uma melhor prestação no desempenho das suas funções frequentando cursos de actualização. Desta forma, o ISMI não só estará a contribuir para a qualificação dos seus oficiais, mas também para consolidar a sua profissionalização.

Tendo analisado os modelos de Formação dos oficiais das ESFAS e do IESM em Portugal, verificamos que, em paralelo com à lógica de formação militar para os oficiais dos QP o ISMI de Moçambique de acordo com a sua realidade política, económica e



militar pode dar um impulso decisivo na formação interna dos oficiais dos QP, moldando a experiência destes dois países principalmente no plano científico, técnico das ciências militares como fundamentais na arte comandar tanto em forças conjuntas e combinadas.

O projecto que vamos desenvolver pretende desenvolver o modelo que o ISMI vai adoptar para cumprir a sua missão de FMP e consolidar a profissionalização das FADM, baseado na proposta do Estado Maior General (EMG) -FADM intitulada “Processo de Criação do Instituto Superior Militar (PC-ISMI)”

c. Projecto do futuro ISMI

O PC-ISMI representa o documento base para criação do ISMI. Nele estão plasmadas todas as actividades conducentes à edificação do instituto e divide-se em seis partes: A primeira parte trata de aspectos gerais destacando a visão, missão, objectivos; a segunda parte debruça-se sobre os cursos curriculares; a terceira explana os meios e equipamentos didácticos, técnicos e núcleo docente; a quarta parte avança uma proposta do Estatuto orgânico, enquanto a quinta e a sexta parte apresentam o plano económico e financeiro incluindo o seu impacto para o ISMI.

Por razões de espaço evidencia-se neste TII:

(1) Visão e missão do futuro ISMI

Projectar “uma imagem de excelência do Ensino Superior Militar junto da sociedade civil e da comunidade universitária e científica” tendo como missão a promoção e garantia do desenvolvimento científico, doutrinário e técnico-militar, através da formação contínua dos oficiais dos Quadros Permanentes das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, para o desempenho de funções de Comando, Direcção, Chefia e Estado-Maior.

(2) Objectivos

De entre os diversos objectivos a alcançar salientam-se ministrar cursos de promoção, qualificação e actualização que habilitem os oficiais para o exercício de funções inerentes aos postos de oficial superior e oficial general; Promover estudo e investigação científica tendentes à actualização e uniformização das doutrinas militares em conformidade com a política de defesa e segurança; Fomentar o intercâmbio cultural, científico, técnico e operacional com instituições congéneres nacionais e estrangeiras; Promover cursos de pós-graduação, incluindo mestrados e doutoramentos, nas áreas relevantes para a defesa e segurança; e no no Curso de Promoção a Oficial Superior



conferir o grau de pós-graduação, no de Estado Maior Conjunto o de mestre e no Curso de Altos Comandos/Promoção a Oficial General o grau de doutoramento.

A estratégia de ensino a adoptar basear-se-á em estudos de caso, pesquisa científica, trabalhos de projecto e simulação de práticas, privilegiando o desenvolvimento do trabalho em equipa a interdisciplinaridade e outros métodos que contribuam para uma melhor aprendizagem.

O ISMI propõe-se a ser interlocutor activo na promoção das discussões de assuntos socioeconómicos, geopolíticos, e geoestratégicos de actualidade devendo, para isso, promover cursos de curta duração para a sociedade civil, workshops, seminários e publicações para o consumo público em matéria de defesa e segurança.

A docência será garantida por um corpo de docentes com formação de nível exigido para instituições de ensino superior militar similares as suas congéneres no estrangeiro desde docentes militares à convidados de outras instituições de ensino superior do país e do estrangeiro de reconhecido mérito.

Nos primeiros três anos presume-se que o ISMI realize as suas actividades nas actuais instalações do Centro de Instrução da Logística (CILOG), em Maputo. Estando a decorrer o processo de reabilitação, aumento e melhoria de condições de salas de aulas. E numa fase posterior num Campus à construir no bairro militar em Maputo.

A avaliação de conhecimentos dos oficiais alunos, será feita de forma permanente e contínua, durante as aulas, por meio de trabalhos escritos solicitados pelos docentes, de forma colectiva ou individual, participação nas aulas etc.

(3) Cursos

Os principais cursos a leccionar no ISMI são:

1. Curso de Altos Comandos ou de Promoção a Oficial General - O Curso de Altos Comandos (CAC), pretende ter a natureza de um curso de promoção de nível avançado. Tem por finalidade complementar a preparação dos Coronéis do Exército e da Força Aérea e dos Capitães-de-Mar-e-Guerra para o exercício das funções inerentes aos altos cargos de Comando, Direcção e Estado-Maior, no mais elevado escalão.

O CAC constitui condição especial de promoção ao posto de Oficial General. O Curso compreende três componentes formativas:



- C1 Comum/conjunta - que compreende a parte curricular de disciplinas militares comuns

- C2 Específica - que compreende matérias especiais respeitantes à natureza do ramo a que o auditor pertence.

- C3 Académica - que é a parte complementar em que terminado com sucesso o 1º ano, o oficial obtém a formação técnico-militar, adquirindo o respectivo certificado de auditor, que lhe confere o requisito de promoção a Oficial General. Os dois últimos anos o auditor, querendo, abraça o currículo de doutoramento, assistindo aulas e realizando a investigação científica correspondente a área de interesse.

O CAC tem a duração terá a duração de 42 semanas. Vide Anexo C do plano de Estudos do CAC

2. Curso de Estado-Maior Conjunto - O Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC), pretende ter a natureza de um curso de qualificação de nível avançado. É um curso de qualificação, que se destina a habilitar os Oficiais Superiores das Forças Armadas Moçambicanas (FADM) para o desempenho de funções de Estado-Maior, docência e assessoria em Estados-Maiores Conjuntos (Nacionais e internacionais), Órgãos Superiores das FADM, Ministério da Defesa Nacional, Órgãos Conjuntos e Combinados e, nos Estabelecimentos Militares de Ensino Superior. É aprovado por despacho do General Chefe do Estado-Maior General. é frequentado por oficiais superiores com os postos de Major/Capitão Tenente e Tenente-Coronel/Capitão de Fragata respectivamente, nos termos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas. .O CEMC tem a duração aproximada de 64 semanas correspondentes um ano e meio. Vide anexo D de plano de Estudos do CEM-C

3. Curso de Promoção a Oficial Superior - O Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS), é de natureza de um curso de promoção de nível avançado. É um curso de qualificação/promoção que tem por finalidade: habilitar os Oficiais Superiores e Capitães das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) para o desempenho de funções de Comando de Unidades de escalão Batalhão ou equivalente e funções de Estado-Maior em Grandes Unidades e Órgãos da Estrutura Superior dos Ramos e das FADM, ou equivalente. Actualizar e uniformizar a base doutrinária e consolidar o espírito de corpo das FADM.



Visa, fundamentalmente, preparar os Oficiais Superiores e Capitães nas técnicas de comando e apoio à decisão, necessárias ao exercício de funções no âmbito do Comando e Estado-Maior de uma unidade de escalão Batalhão ou equivalente e, funções de Estado-Maior em Grandes Unidades e Órgãos da Estrutura Superior dos Ramos e das FADM ou equivalente, e tem a duração aproximada de 31 semanas. Vide anexo E – Plano de Estudos do CPOS.

4. O Curso de Defesa Nacional (CDN) é destinado a Altas Individualidades da Defesa Nacional, da Política, Académicos, Empresariais, da Sociedade Civil e às Forças de Defesa e Segurança. Tem a natureza de um curso de estudos avançados.

Tem por finalidade a valorização e esclarecimento de dirigentes e quadros superiores das estruturas do Estado e da Sociedade Civil, através da investigação, estudo, sensibilização e divulgação dos grandes problemas nacionais e internacionais com incidência no domínio da defesa e segurança. O CDN prevê-se que tenha uma duração de aproximadamente 38 semanas. Vide anexo F – Plano de estudos do CDN.

(4) Organização

Para levar a cabo a sua missão de formação de oficiais dos QP ao longo da vida:

- Primeiro - O Instituto Superior Militar será um estabelecimento de ensino superior das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, abreviadamente designado por ISMI, que vai desenvolver actividades de ensino, investigação e de apoio à comunidade nos planos científico, doutrinário e técnico militar.
- Segundo - Será uma pessoa colectiva de direito público com autonomia científica, pedagógica, administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar.

A sua autonomia traduzir-se-á na capacidade de Criar, suspender e extinguir cursos, por deliberação dos seus órgãos competentes; Elaborar as estruturas curriculares dos cursos; Definir as áreas, planos, programas e linhas de investigação científica, tecnológica e cultural; Aprovar regulamentos académicos; Criar ou extinguir unidades orgânicas e definir os respectivos estatutos; Recrutar, promover, exonerar e exercer a acção disciplinar em relação a docentes, investigadores e pessoal técnico administrativo, nos termos da lei; Dispor do seu património com observância de legislação aplicável; Gerir as verbas que lhe são atribuídas, dentro das normas em vigor sobre a sua execução e prestação de contas; Estabelecer



acordos de cooperação no domínio científico e de ensino com entidades nacionais e estrangeiras.

- ✓ Terceiro – O comando do ISMI conta com um comandante e vice-comandante com o posto de Major-General/ Contra-Almirante, e Brigadeiro/Comodoro. Tanto o Comandante como o Vice-Comandante são nomeados pelo Presidente da República, sob proposta do Ministro da Defesa Nacional. As funções de comandante e de vice-comandante do ISMI são exercidas numa base rotativa por cada um dos ramos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Três departamentos e um órgão de apoio nomeadamente: Ensino; Cursos; Investigação e Doutrina dirigidos por Coronéis ou Capitães-de-Mar-e-Guerra, habilitados com o Curso de Altos Comandos ou equivalente, em regime de rotação pelos Ramos das Forças Armadas. O Órgão de Apoio e Serviços é o Comando de Apoio e Serviços, a quem compete assegurar o normal funcionamento das actividades de carácter logístico e administrativo do ISMI e garantir a segurança das instalações, é dirigido por um Coronel ou Capitão-de-Mar-e-Guerra, em regime de rotação pelos Ramos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Dois órgãos de conselho sendo um do ISMI e outro científico. O primeiro é um órgão consultivo do Comandante sobre assuntos fundamentais da vida institucional e administrativa. O segundo é também de consulta do Comandante para assuntos de carácter científico e pedagógico.

Refira-se que Departamento de Ensino é o que coordena as actividades dos docentes das disciplinas das respectivas áreas, com vista à harmonização do ensino e à realização de estudos e trabalhos de investigação. Integra um Gabinete de Planeamento e Programação (GPP) e as Áreas de Ensino.

As áreas de ensino estruturam-se como se indica: a) A área de ensino de estratégia; b) A área de ensino de operações; c) A área de ensino de administração; d) As áreas de ensino específico dos ramos.

Síntese Conclusiva

Neste capítulo apresentamos o papel do ISMI na FMP das FADM como forma de contribuir para a consolidação da sua profissionalização. Sublinhamos os conceitos de modelo de formação e contributo para a consolidação da profissionalização no âmbito



deste TII, os modelos de Formação dos oficiais das ESFAS e do IESM em Portugal tendo concluído que os modelos apresentam diferenças menores quanto à sua missão, incluindo à sua estrutura organizacional. Assim para o ISMI das FADM foi adoptado o modelo de formação do IESM português, naturalmente com algumas diferenças respeitantes a realidade política e económica de Moçambique.

Na sequência do que foi abordado, verificamos que o processo da criação do ISMI é um contributo para a consolidação da profissionalização das FADM, na medida em que no cumprimento da sua missão vai promover e garantir o desenvolvimento científico...através da formação contínua dos oficiais dos QP das FADM, para o desempenho de funções de Comando, Direcção, chefia e Estado-maior.

Consideramos validada a H3 (O ISMI potenciará a possibilidade de desempenho de funções de nível político e ou estratégico por parte dos militares das FADM, devido ao reconhecimento da sua formação pela sociedade em geral.)

Respondendo a QD3 (O que se encontra preconizado formalmente, para o futuro ISMI?) Ministar cursos de promoção, qualificação e actualização que habilitem os oficiais para o exercício de funções inerentes aos postos de oficial superior e oficial general; Promover estudo e investigação científica tendentes à actualização e uniformização das doutrinas militares em conformidade com a política de defesa e segurança;

Promover cursos de pós-graduação, incluindo mestrados e doutoramentos, nas áreas relevantes para a defesa e segurança; e no Curso de Promoção a Oficial Superior conferir o grau de pós-graduação, no de Estado Maior Conjunto o de mestre e no Curso de Altos Comandos/Promoção a Oficial General o grau de doutoramento. Ser um interlocutor activo na promoção das discussões de assuntos socioeconómicos, geopolíticos, e geoestratégicos de actualidade devendo.

Respondida à última QD, importa avançar a resposta à QC (*Qual é o papel do ISMI no modelo de formação adoptado pelas FADM, de forma a contribuir para a consolidação da sua profissionalização?*)

Em primeiro lugar, no âmbito da sua missão e objectivos, deve pautar pela legalidade, e respeito pela liberdade de criação cultural, artística, científica e tecnológica.

Em segundo lugar, desenvolver uma cultura de rigor, estimular a inovação, e projectar uma imagem de excelência por meio da FMP de qualidade de nível universitário,



que habilite os oficiais dos QP a desempenhar com eficiência e eficácia as suas funções de comando, direcção, chefia e estado-maior.

Em terceiro lugar no âmbito da sua actividade científica e pedagógica ministrar cursos, promover a investigação, fomentar o intercâmbio institucional, bem como ser interlocutor activo na promoção das discussões de assuntos socioeconómicos, geopolíticos, e geoestratégicos de actualidade.

4. Conclusões e Propostas

a. Conclusões

Em resultado de tudo quanto ficou expresso, podemos elencar as seguintes conclusões:

- ✓ O processo da criação do ISMI é um contributo para a consolidação da profissionalização das FADM, na medida em que no cumprimento da sua missão vai promover e garantir o desenvolvimento científico...através da formação contínua dos oficiais dos QP das FADM, para o desempenho de funções de Comando, Direcção, chefia e Estado-maior
- ✓ O estado actual de formação dos oficiais das FADM em termos de qualificação académica e militar está numa fase evolutiva com a Academia conferir graus de Licenciatura nas carreiras dos oficiais, como primeiro passo para ingressar no quadro permanente. E com processo da criação do ISMI já decorrem cursos de adequação dos oficiais mais antigos para aprimorar procedimentos, unificação doutrinária, criar condições mínimas para a frequência de futuros cursos no ISMI.
- ✓ O modelo de formação em vigor nas FADM para a formação de oficiais nalgum tempo antes da criação AM apoiou-se na Escola Militar MSM em Nampula que levou a cabo actividades de ensino e formação militar até a abertura da AM que herdou todo o seu património material e de ensino.
- ✓ O Estado pretendido para o quadro profissional das FADM resume-se no que vem plasmado no EMFAR artigo 71 a que fizemos alusão no capítulo 1 alínea d) deste TII.
- ✓ A primeira ocorreu logo depois da independência do país em 1975. Para além de ser uma questão de Estado um dos objectivos era à transformação de ex-



guerrilheiros, num exército de cariz convencional virada essencialmente para atender a situação de guerra em que esteve envolvido até 1992;

- ✓ Quanto ao processo da criação do ISMI com o apoio da CTM pretende-se que seja uma imagem de excelência do Ensino Superior militar com a missão de promover e garantir o desenvolvimento científico, doutrinário e técnico militar, através da formação contínua dos oficiais dos QP.
- ✓ Sublinhar que a história das FA de Moçambique é anterior à sua independência. Porém a sua constituição como um corpo profissional é pós-independência. Deste período ao presente teve duas instituições.
- ✓ A segunda verificou-se neste mesmo ano à força da AGP, que extingue as FAM/FPLM e determina a edificação das FADM impondo-lhes um carácter apartidário, de carreira, profissionalmente idóneas, competentes, exclusivamente formados por cidadãos moçambicanos voluntários.
- ✓ O fim da guerra civil marcado pela assinatura do AGP, e da paz que perdura à mais de 18 anos, abre espaço para a consolidação das FADM num corpo moderno, profissionalmente à altura da sua missão de defesa da pátria e de um actor activo na manutenção da paz e segurança na região, nesta circunstância é fundada a AM que herda todo o património material e de ensino das FAM/FPLM.
- ✓ Na senda de garantir formação ao longo da vida aos oficiais dos QP, brevemente será criado o ISMI das FADM, razão deste TII.
- ✓ No contexto deste TII, formação profissional é entendida como constituída pelas intervenções escolares e extra-escolares que visam: a) preparação inicial, de jovens adultos (activos ou não), para o exercício de qualquer profissão qualificada ou técnica de nível superior e, b) o aperfeiçoamento de activos de todos os níveis de qualificação profissional e responsabilidade.
- ✓ A profissão militar foi abordada na perspectiva de carreira militar referindo-se ao percurso do oficial e não do soldado conscrito.
- ✓ Os modelos de formação contínua da ESFAS (Espanha) e do IESM (Portugal) abordados apesar de diferenças menores, pode se afirmar que são similares.



- ✓ Para o ISMI das FADM foi adoptado o modelo de formação do IESM português, naturalmente com algumas diferenças respeitantes a realidade política e económica de Moçambique.
- ✓ O papel do ISMI no modelo de formação adoptado pelas FADM, de forma a contribuir para a consolidação da sua profissionalização será ministrar cursos, promover a investigação, fomentar o intercâmbio institucional, bem como ser interlocutor activo na promoção das discussões de assuntos socioeconómicos, geopolíticos, e geoestratégicos de actualidade.
- ✓ O sistema de Instrução e Ensino das FADM está numa fase embrionária, não tendo por isso atingido fase de maturidade, pelo que deverá ser continuado o esforço para o seu melhoramento. A formação inicial dos oficiais dos QP deve basear-se na obtenção de um curso militar de nível superior, como é o caso da licenciatura já definido pelo EMFAR, como base para o acesso à carreira dos oficiais dos QP.

b. Propostas

As FA devem ser servidas por oficiais portadores de uma cultura organizacional. A vertente comportamental deve assumir um papel de destaque ao desenvolver o sentido do dever, da honra, os atributos do carácter (integridade moral, espírito da disciplina, noção de responsabilidade)

- ✓ CPOS para além de permitir o conhecimento mútuo, e forjar laços de camaradagem deverá inculcar nos oficiais os valores e atitudes comportamentais que contribuam para uma maior coesão entre os três ramos.
- ✓ O ISMI deverá ser reconhecido pelo Ministério da Educação para conferir graus propostos no seu processo de criação.
- ✓ O ISMI para além de projectar uma imagem de excelência do Ensino Superior Militar junto da sociedade civil e da comunidade universitária e científica
- ✓ O corpo docente deve ser constituído por professores permanentes que seriam oficiais graduados dos três ramos das FA, constituindo o quadro permanente do ISMI; e de professores temporários: que seriam docentes convidados, especialistas militares e civis que participam nas actividades de formação do ISMI, a exemplo do que acontece nas ESFAS



- ✓ Ser oficial das FA deve obrigar a ter uma formação adequada a qual deverá ser contínua, gradativa oferecendo uma carreira profissional socialmente prestigiada.
- ✓ Futuros oficiais das FADM, (QP) devem ser indivíduos completos, dotados de conhecimentos, valências profissionais, competências suficientemente amplas e flexíveis. Devem ser oficiais aptos para intervir socialmente e motivados para vencer em todas as circunstâncias.



Referências Bibliográficas

Entrevistas

DIAS, Tenente-Coronel Carlos Mendes. Chefe do Departamento de Estudos Pós-Graduados da Academia Militar. Entrevista realizada em 3 de Abril de 2011.

SANTOS, Aguiar dos – Major General. Director do Departamento de Ensino do IESM. Entrevista realizada em 07 de Abril de 2011

Livros e publicações

BORGES, João Vieira. (2004) Subsídios para um novo modelo de ensino superior militar universitário em Portugal. *Nação e Defesa*, n.º 107 – 2ª série, pp 115-143

BRAVO, Ana Bela Santos. (2008) O Ensino superior público universitário militar: a importancia de uma visão estratégica. *Proelium: Revista da Academia Militar*, nº 9 pp. 109-133

CHALE, Daniel Frazão. (2010) *A formação dos oficiais das Forças Armadas de Moçambique*. IESM. CPOG.

COELHO, J. Borges, MACARINGUE, Paulino, MALACHE, Adriano, , (2005). *Profound transformations and regional conflagrations: the history of Mozambique's armed forces from 1975-2005*. In RUPIYA, Martin. *Evolutions and revolutions: a contemporary history of militaries in southern Africa*. Pretoria: Institute for Security Studies.

FERNANDO, Aníbal Manuel. (2009). *Modelo de Gestão de pessoal nas Forças Armadas de Defesa de Moçambique*. IESM. CPOG.

HONWANA, João Bernardo (1996). *The United Nations and Mozambique: a sustainable peace?* Lisboa: IEEI (Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais)



HONWANA, João Bernardo. (1999). Civil-military relations in the transition to democracy: the case of Mozambique. *Africa Development*, nº 3 & 4 Vol. XXIV. 136-176

HUNTINGTON, Samuel P. (1957) *The soldier and the state: the theory and politics of civil- military relations*. Cambridge, the Belknap Press of Harvard of University Press.

NGUENHA, João André Ubisse (2009). Prefácio. In COSSA, Edgar Alfredo (2010). *Colectânea de legislação da defesa nacional e das Forças Armadas*. Maputo: Académica.

REGO, Arménio, E CUNHA, Miguel Pina (2009) *Manual de gestão transcultural de recursos humanos*. Lisboa: Editora RH

RUGUMAMU, Severine, GBALA, Osman. 2003. *Studies in reconstruction and capacity building in post-conflict countries in Africa: some lessons of experience from Mozambique, 1995-1998*. University, Sierra Leone: The African Capacity Building Foundation.

VIEGAS, Carlos Eduardo M. A. (2003). Profissão militar e as mudanças na guerra: devem os militares combater o crime urbano? *Revista Olhar*, Jan-Jun 2003, nº 7, p. 55-63.

Conferências, intervenções e Jornais

Machel, Samora M. (1978). Dominar a ciência e arte militares para defender a revolução. *Jornal Notícias*, 4 de Outubro.

Legislação

Decreto-Lei n.º 161/2005 de 22 de Setembro DR I Série (Aprova à criação do IESM)



Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de Junho - Estatuto do Militar das Forças Armadas (EMFAR)
(portuguesas)

Lei n.º 13/92, de 14 de Outubro (Acordo Geral de Paz) BR I Série 42 (1992-10-14)

Lei n.º 18/97, de 1 de Outubro (Aprova a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas)
BR I Série 40 (1997-10- 1).

Portaria n.º 1153/2005 de 11 de Novembro (Aprova Regulamento do IESM)

Lei n.º 5/80 de 25 de Setembro (cria o sistema de patentes militares nas FA de
Moçambique, FAM/FPLM)

Decreto n.º 62/2003 de 24 de Dezembro BR I Série 52 (2003-12-24) (Aprova o Estatuto da
Academia Militar)

Decreto n.º 4/98, de 17 de Fevereiro BRI I Série 48 (2006-11-30) (Aprova o Estatuto dos
Militares das Forças Armadas (Moçambique))

Sítios Internet

www.st-cyr.terre.defense.gouv.fr/index.php?ID=1013056 [referência de 24 de Abril de
2011].

<http://www.iesm.mdn.gov.pt/organizacao/acem.php> [referência de 25 de Abril de
2011].

Colectividades

Estado-Maior General (2011). *Processo de Criação do Instituto Superior Militar (ISMI)*.
Maputo, Estado-Maior General



Situações Omissas

SOUSA, José António da Fonseca e, TIRANO, José (2011) A liderança multicultural e as competências do líder militar. Lisboa, IESM (TII - Trabalho de Investigação Individual

Regulamento Geral da Instrução do Exército (RGIE) (2002) Exemplar n.º ? Lisboa, IESM- Biblioteca n.º 16513 Cota CD

Monografias electrónicas

ABREU, Heitor Freire de. (2005). *Forças Armadas para quê?* [Em Linha] [referência de 24 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://pt.scribd.com/doc/9996331/Forcas-Armadas-Para-Que>

BORGES, João Vieira (2004) O ensino superior militar universitário em França: o exemplo de Saint-Cyr [Em Linha] [referência de 07 de Abril de 2011]. Disponível na Internet em: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=51

EDMUNDS, Timoty (2006) What are armed forces for? The changing nature of military roles in Europe. *International Affairs*. pp 1059-1075 [Em Linha] [referência de 26 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://infolib.hua.edu.vn/Fulltext/ChuyenDe/ChuyenDe07/CDe278/46.pdf>

FOLLETO, ESFAS. (2010) Escuela Superior de Las Fuerzas Armadas. . [Em Linha] [referência de 26 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: www.ceseden.es/esfas/miscelanea/pdf/folleto_ing.pdf

HONWANA, João Bernardo. (1999) Civil-military relations in the transition to democracy: the case of Mozambique. *Africa Development*, Vol. XXIV, Nos 3 & 4, pp. 135- 176. [Em Linha] [referência de 26 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.ajol.info/index.php/ad/article/viewFile/22129/19394>

LEÃO, Ana. (s.d.). *Reforma do sector de segurança*. [Em Linha] [referência de 24 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: www.iss.co.za/pubs/Monographs/No94Port/Chap2.pdf



MACARINGUE, Paulino. (s.d.). *Civil-military relations in post-cold war: Mozambique*. [Em Linha] [referência de 25 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://www.iss.co.za/pubs/Books/OurselvesToKnow/Macaringue.pdf>

MILHAZ, José. (2007) *Contributos para a História - Moçambique 1e 2* [Em Linha] [referência de 30 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://darussia.blogspot.com/2007/06/contributos-para-histria-moambique.html>

MUIAMBO, Gonçalves Fernando. (2007). Estudo sobre o currículo de formação para os oficiais do Exército Moçambicano. Dissertação de Mestrado em ciências de educação e adultos. Universidade Eduardo Mondlane / Faculdade de Letras. [Em Linha]. [referência de 4 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <http://196.3.97.216/bitstream/123456789/3473/1/Edup-038.pdf>

ONU. *Carta das Nações Unidas* [Em Linha]. Julho de 2006 [referência de 17 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: <unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>.

SARANGA, Omar Nalá (2005). *Internacionalismo Militante de Moçambique: Caso de Estudo Contribuição das FPLM para a libertação do Zimbabwe, 1975 -1980*. Dissertação de licenciatura em história. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane / Faculdade de Letras [Em Linha]. [referência de 17 de Março de 2011]. Disponível na Internet em: www.saber.ac.mz/stream/123456789/1563/1/Ht-178.pdf



APÊNDICE 1 – Diagrama de Indução

TEMA: CONTRIBUTO DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO SUPERIOR MILITAR (ISMI) PARA À CONSOLIDAÇÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DE DEFESA MOÇAMBIQUE			
QUESTÃO CENTRAL	QUESTÕES DERIVADAS	HIPÓTESES	VALIDAÇÃO HIPÓTESES
Qual será o papel do ISMI no modelo de formação adoptado pelas FADM, de forma a contribuir para a consolidação da sua profissionalização?	QD1: Em que medida é pertinente a criação de um ISMI na realidade actual das FADM?	H1: A formação ministrada no ISMI tornará os oficiais que o frequentarão qualitativamente superiores aos actuais nos postos correspondentes, devido à natureza curricular que a sustenta.	Validada (Cap.1, p. 18)
	QD2: É que medida a FMP, para os oficiais das FADM, contribuirá para melhorar a sua carreira profissional?	H2: A formação propiciada pelo ISMI desenvolverá as competências necessárias à maior e melhor participação de quadros superiores em ambientes conjuntos e combinados, devido à exigência curricular e prática inerente àquela tipologia de ambientes.	Não Validada (Cap. 2, p. 34)
	QD3: O que se encontra preconizado formalmente, para o futuro ISMI?	H3: O ISMI potenciará a possibilidade de desempenho de funções de nível político e ou estratégico por parte dos militares das FADM, devido ao reconhecimento da sua formação pela sociedade em geral.	Validada (Cap. 3, p. 42)

Objectivo Geral	Objectivo específico 1	Objectivo específico 2	Objectivo específico 3
Mostrar que o ISMI pode contribuir para a formação contínua dos oficiais das FADM,	Verificar qual é o estado actual de formação dos Oficiais das FADM	Identificar o modelo de formação em vigor nas FADM	Elencar o estado futuro pretendido para os QP das FADM



Anexo A - Programa-Quadro de CTM com Moçambique (2005-2007)

Proj nº	Designação	Objectivos Globais
1	Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique	Garantir assessoria técnica permanente Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique
2	Apoio à Organização do Sistema de Fiscalização das Águas Territoriais e da Marinha de Guerra de Moçambique	Garantir assessoria técnica à área conceptual e doutrinária, bem como à Organização do Sistema de Fiscalização das Águas Territoriais e da Marinha de
3	Apoio à Organização e Funcionamento da Academia Militar	Apoiar a consolidação da organização e funcionamento da Academia Militar, com vista à formação de oficiais para os Quadros Permanentes das Forças Armadas de Defesa de Moçambique
4	Apoio Técnico à Polícia Militar	Garantir o apoio Técnico à Polícia Militar
5	Apoio Técnico ao Centro de Instrução de Forças Especiais	Apoiar a continuidade da operacionalidade do Centro de Instrução de Forças Especiais (CIFE), em Nacala
6	Apoio à Força Aérea na área da Formação Técnica	Apoiar a capacidade técnica da Força Aérea Moçambicana (FAM), através da formação de pessoal técnico
7	Apoio Técnico à Organização do Sistema de Saúde Militar	Garantir o apoio à organização e à modernização do Sistema de Saúde Militar, através da componente de formação de pessoal na área laboratorial
8	Apoio à Formação Técnica da Marinha	Garantir o funcionamento do Grupo de Escolas (GE) em Maputo, para a capacitação do pessoal técnico da Marinha de Guerra de Moçambique
9	Apoio Técnico à Formação e Organização de Fuzileiros Navais	Apoiar o desenvolvimento e consolidação do Centro de Formação e da estrutura organizacional e operativa dos Fuzileiros Navais
10	Apoio à Formação de Sargentos das Forças Armadas	Apoiar a formação de Sargentos das Forças Armadas

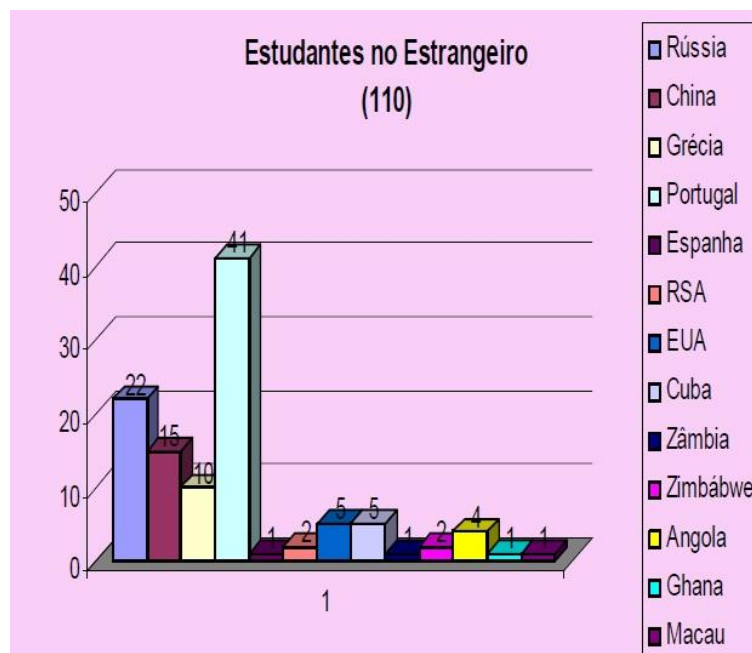
Fonte:

http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/politica/bilaterais/ctm/PQCTM_Mocambique.htm

Em 06/04/2011



Anexo B – Militares em Formação no Estrangeiro



Fonte: Fernando, (2009)



Anexo C - Plano de Estudos do Curso de Altos Comandos

Unidades Curriculares	Área Científica	Tempos Escolares
Estudos estratégicos	E	35
História Militar	E	20
Introdução às Ciências Políticas	E	10
Contexto Mundial	E	30
Contexto Regional	E	30
Planeamento Estratégico	E	35
Estatégia Moçambicana Contemporânea	E	30
Estratégia Marítima e naval	E	35
Seminário internacional	E	20
Trabalho de Investigação de Grupo	E	30
TOTAL		275
Direito Internacional Público	ADM	20
Direito Constitucional Moçambicano	ADM	10
Desenvolvimento e Capital Humano	ADM	10
Economia e Finanças	ADM	32
Gestão das Organizações e Administração de Recursos	ADM	30
Organização Superior das FADM	ADM	16
Comando e Liderança	ADM	24
Direito Administrativo	ADM	20
Comunicação e Relações com as Mídias	ADM	30
Organização do Exército	ADM	10
Organização da Marinha	ADM	10
Organização da Força Aérea	ADM	10
Trabalho de Investigação de Grupo	ADM	30
TOTAL		252
Operações Conjuntas e Combinadas	OM	60
Exercício de Planeamento Operacional	OM	60
Componentes Específica do Exército	OM	60
Componentes Específica da Marinha	OM	40
Componentes Específica da Força Aérea	OM	40
TOTAL		260

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL		Tempo Escolar
Investigação		66
Apresentação		64
TOTAL		130



Anexo D - Plano de Estudos do Curso de Estado Maior Conjunto

Unidades Curriculares	Área Científica	Tempos Escolares
Direito Internacional Público e Estudos Estratégicos	EST	60
Evolução do Pensamento Estratégico	EST	60
Geopolítica	EST	60
Geografia Militar	EST	60
História Militar	EST	60
Segurança e Defesa Nacional	EST	60
Planeamento Estratégico de Defesa Nacional	EST	50
Estudos Estratégico	EST	60
Seminários	EST	12
TOTAL		482
Administração das Organizações	ADM	60
Administração de Recursos Humanos	ADM	80
Administração de Recursos financeiros	ADM	80
Direito Administrativo Castrense	ADM	30
Logística Conjunta e Combinada	ADM	80
Organização Militar	ADM	24
TOTAL		354
Enquadramento Doutrinário	TACT	60
Operações Defensivas	TACT	100
Operações de Transição e Operações de Retardamento	TACT	80
Operações Ofensivas	TACT	100
Resolução de Temas	TACT	60
TOTAL		400
Planeamento e Condução de Exercícios	OP	60
Operações Conjuntas e Combinadas	OP	150
Operações de Evacuação de Não- Combatentes (NEO)	OP	60
TOTAL		270

DISSERTAÇÃO	Tempo Escolar
Investigação	120
Apresentação	64
Metodologia de Investigação Científica	20
TOTAL	204

Outras Actividades	Tempo Escolar
Cerimónia de Abertura/Encerramento	10
Visita de Estudo	60
A Disposição do Comando	50
Férias Escolares	50
TOTAL	170

- Total do Curso **1880 Tempos Escolares (TE)**;
- Duração total do CEC é de 3 **semestres** (inclui duas semanas de Férias escolares).



Anexo E - Plano de Estudos do Curso de Promoção a Oficial Superior

Unidades Curriculares	Área Científica	Tempos Escolares
Ciência Política, Relações Internacionais e Estratégia	E	17
Geopolítica	E	17
História Militar de Moçambique	E	12
Geografia Militar de Moçambique	E	12
TOTAL		58
Organização Militar	ADM	21
Comunicação, Protocolo e Relações	ADM	6
Teoria Geral da Administração	ADM	11
Administração de Recursos Humanos em Tempo de Paz	ADM	27
Administração de Recursos Humanos em Campanha	ADM	17
Logística	ADM	26
Organização e Supervisão da Formação	ADM	19
Metodologia de Investigação Científica	ADM	10
Administração e Serviço Interno nas Unidades	ADM	46
Justiça e Disciplina	ADM	19
Economia e Finanças Públicas	ADM	17
Educação Cívica, Moral e Patriótica	ADM	16
TOTAL		235
Fundamentos de Técnica de Estado-Maior	TEM	32
Técnica de Estado – Maior-1ª Secção	TEM	6
Técnica de Estado – Maior-2ª Secção	TEM	24
Técnica de Estado – Maior-3ª Secção	TEM	20
Técnica de Estado – Maior-4ª Secção	TEM	23
Tema Didactico de Apoio ao Ensino das Técnicas de Estado- Maior	TEM	75
TOTAL		180
Noções de Topografia	TÁCTICA	37
Doutrina da Operações	TÁCTICA	30
Introdução á Tática	TÁCTICA	24
Brigada na Defensiva	TÁCTICA	65
Brigada na Ofensiva	TÁCTICA	65
Introdução ao Planeamento e Condução de Exercícios	TÁCTICA	7
Operações de Apoio á Paz	TÁCTICA	21
Materias Especifica dos Ramos	TÁCTICA	36
TOTAL		285
Comando e Liderança	CDO E LID	29
TOTAL		29
Educação Física e Desporto	COMPLEM.	9
Higiene, Saúde e Nutrição	COMPLEM.	10
Antropologia Cultural de Moçambique	COMPLEM.	11
TOTAL		30

QUADRO RESUMO DO CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR

ADMINISTRAÇÃO	235
TÉCNICA DE ESTADO-MAIOR	180
TÁCTICA	282
ESTRATÉGIA	58
COMANDO E LIDERANÇA	29
MATERIAS COMPLEMENTARES	30
DIVERSOS	124
TOTAL DE TEMPOS ESCOLARES	948



Anexo F - Plano de Estudos do Curso de Defesa Nacional

Módulos	Quadros	Tempos Escolares
Ciência Política e Relações Internacionais	Conceptual	50
Segurança e Defesa	Conceptual	60
Introdução à Estratégia	Conceptual	70
Introdução ao Direito Administrativo	Conceptual	50
Debate Conclusivo	Conceptual	12
TOTAL		242
Condicionantes, Factores e Actores do Sistema Internacional	Internacional	70
Factores de Instabilidade	Internacional	30
Os grandes espaços Geopolíticos	Internacional	40
A União Africana e a SADC	Internacional	20
As Fronteiras de Segurança de África	Internacional	40
A Segurança na Fronteira longiqua	Internacional	60
Relações Bilaterais e Multi-laterais	Internacional	60
As Organizações Internacionais	Internacional	50
A Experiência das FADM nas Operações de Apoio a Paz	Internacional	60
A Cooperação entre a África e Europa na globalização	Internacional	50
Outras áreas de interesse	Internacional	60
TOTAL		540
Objectivos e Caracterização de Moçambique	Nacional	50
Factor Socio-Cultural	Nacional	40
Factor Economico Financeiro	Nacional	30
Factor Cientifico-Tecnologico	Nacional	28
Enquadramento da Política de Defesa e Segurança	Nacional	50
Política Governamental	Nacional	50
Factor Politico Administrativo	Nacional	50
Factor Unidade Nacional e seus Desafios	Nacional	60
O papel das FADM num Contexto de Segurança em Transformação	Nacional	70
Os Sectores Economicos e seu papel no desenvolvimento Nacional	Nacional	60
Metodologia de Investigação Científica	Nacional	50
TOTAL		588

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL	Tempo Escolar
Secções de Orientação Pessoal	66
Apresentação	64
TOTAL	130

Outras Actividades	Tempo Escolar
Cerimónia de Abertura/Encerramento	10
Visita de Estudo	240
Trabalho de Grupo	80
Férias Escolares	50
TOTAL	380

- Total do Curso **1880 Tempos Escolares (TE)**;
- Duração total do CDN é de **38 semanas** (inclui duas semanas de Férias escolares).